



REGULAMENTO DE ARBITRAGEM

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Câmara de Mediação e Arbitragem da Cannabis e Saúde Latino-Americana – CAMACAN LATAM, inscrita no CNPJ sob nº. 40.176.055/0001-71, com sede no Rio de Janeiro/RJ, constituída com o objetivo de administrar, nacional e internacionalmente, as resoluções de disputas relativas a mediação e arbitragem e outros meios adequados de tratamento de conflitos, bem como gerir procedimentos, em todos os tipos de controvérsias que envolvam direitos da saúde, consoante legislação brasileira de regência e os tratados internacionais, sem prejuízo de outras formas alternativas que venham ser indicadas para a solução da disputa.

§1º A CAMACAN LATAM não resolve por si mesma as controvérsias que lhe são submetidas, mas administra o procedimento arbitral, proporcionando a estrutura, ambientes e condições funcionais necessárias para o seu bom desenvolvimento, na forma deste Regulamento.

§2º A CAMACAN LATAM não interferirá nem influenciará, em nenhuma hipótese, a decisão a ser emitida pelo Árbitro de Emergência, pelo Árbitro ou pelo Tribunal Arbitral, mantendo-se, sempre, preservada a independência, a imparcialidade, e a liberdade de convencimento dos especialistas designados, escolhidos ou aceitos pelas partes para deliberarem sobre a disputa.

Art. 2º As partes que resolverem, mediante convenção de arbitragem, submeter qualquer controvérsia surgida à CAMACAN LATAM, ficam vinculadas ao presente Regulamento, reconhecendo de plano a competência originária e exclusiva da CAMACAN LATAM na sua solução definitiva, e a competência preparatória para as questões de urgência ou cautelares antes de instituída a Arbitragem, na forma da legislação vigente e do presente Regulamento.

§1º A expressão “Tribunal Arbitral”, para efeitos terminológicos deste Regulamento, aplica-se indiferentemente ao Árbitro Único ou ao Tribunal Arbitral.

§2º Os casos omissos serão resolvidos pelo Tribunal Arbitral afeto ao procedimento, caso já constituído, ou pela Diretoria Técnica da CAMACAN LATAM.

§3º O Regulamento de Arbitragem aplicar-se-á sempre que a cláusula compromissória estipular a CAMOB ou, ainda, quando esta for escolhida por acordo entre as partes, devendo a adoção destas regras constar em documento escrito.

§4º Todas as peças processuais e documentos apresentados pelas partes devem ser entregues à CAMACAN LATAM, em uma via física, para que sejam arquivados nos autos do processo arbitral, e uma via digital no formato pdf.

Art. 3º As partes, por consenso, podem alterar as regras do procedimento de Arbitragem previstas neste Regulamento, desde que não implique em alteração de disposições relativas à condução administrativa dos trabalhos da CAMACAN LATAM, nem em contrariedade aos princípios legais regentes da arbitragem. Qualquer alteração não implica em mudança do Regulamento e só terá aplicação ao caso específico.

Art. 4º A Arbitragem terá como sede a cidade do Rio de Janeiro/RJ, local onde encontra-se a sede da CAMACAN LATAM, sem prejuízo da possibilidade desta instituição administrar procedimentos sediados em qualquer localidade do Brasil ou do exterior.

§1º Audiências virtuais poderão ser administradas em caso de eventos excepcionais como em epidemias ou pandemias, bem como quando as partes estiverem localizadas fora do Estado que sedia a CAMACAN LATAM, nacionalmente ou internacionalmente.

CAPÍTULO II – DA INSTITUIÇÃO DO PROCEDIMENTO ARBITRAL

Art. 5º A parte que desejar dar início ao procedimento de Arbitragem, deverá requerer por escrito a Instituição de Procedimento Arbitral, dirigida à CAMACAN LATAM, em quantidade de vias suficientes para que todas as partes, árbitros e CAMACAN LATAM recebam uma cópia, nos termos do art. 2º § 4º.

Parágrafo único. A petição de Instituição de Arbitragem deve apresentar:

I – requerimento para que a disputa seja submetida à Arbitragem;

II – a petição inicial da Demanda Arbitral com a descrição dos fatos, os fundamentos técnicos e jurídicos, e os pedidos que pretende que sejam apreciados na Arbitragem, além de anexar documentos e relacionar as provas que pretende produzir;

III – o valor que atribuí à controvérsia;

IV – os nomes e as qualificações completas das partes envolvidas na arbitragem, com respectivos endereços completos, inclusive telefones e e-mails, se conhecidos;

V – a sede da Arbitragem definida na Convenção de Arbitragem;

VI – o idioma, a lei ou as normas previstas em contrato e aplicáveis à respectiva Arbitragem;

VII – as regras que já tenham sido convencionadas pelas partes sobre escolha dos árbitros, responsabilidade de pagamento das despesas relativas ao procedimento e outras relativas ao trâmite da arbitragem;

VIII – documento que contenha a convenção de arbitragem, prevendo a CAMACAN LATAM;

IX – documento de identificação da solicitante ou seus atos constitutivos e respectivo documento que comprove sua representação;

XI – a procuração de eventuais patronos com poderes específicos;

XII – demais documentos pertinentes ao litígio.

XIII – comprovante de recolhimento da Taxa de Registro;

XIV – salvo se a convenção de arbitragem dispuser de modo diverso, manifestar se aceita ou não que a Arbitragem seja feita por Árbitro Único;

XV – salvo se a convenção de arbitragem dispuser de modo diverso, apresentar uma lista contendo o nome de até 03 (três) Árbitros, dos nomes da lista de árbitros a serem consultados na CAMACAN LATAM.

Art. 6º Recebido o Requerimento de Instituição de Arbitragem e verificada a existência e validade da Cláusula Compromissória indicando a CAMACAN LATAM como gestora do procedimento, a mesma enviará Notificação ao(s) demandado(s) com cópia da Petição Inicial da Demanda Arbitral, seus anexos, bem como um exemplar deste Regulamento, para no prazo de até 10 (dez) dias, manifestar-se, por meio de Contestação, sobre a intenção da demandante, advertindo-a(s) sobre a necessidade de:

I – manifestar expressamente se aceita que a Arbitragem seja feita por Árbitro Único;

II – salvo se a convenção de arbitragem dispuser de modo diverso, escolher o árbitro titular e seu suplente constante da lista tríplice apresentada pelo requerente. Caso não concorde com nenhum nome, apresentar lista com outros três nomes de árbitros, devolvendo ao requerente o direito de escolha do árbitro titular e o seu suplente entre os nomes constantes da nova lista, na forma prevista no § 1º do art. 13.

Art. 7º Para os fins do presente Regulamento considerar-se-ão recebidas as notificações, comunicações ou intimações de atos procedimentais na pessoa das partes e dos seus procuradores, nos endereços indicados na Convenção ou nas manifestações iniciais. Estas, serão recebidas através de carta registrada, correio eletrônico ou qualquer outro meio acordado pelas partes.

Art. 8º Se o requerido não for encontrado, o requerente deverá fornecer o novo endereço à CAMACAN LATAM ou promover a notificação extrajudicial do requerido a respeito do procedimento arbitral.

Art. 9º Observado os limites estabelecidos na Convenção de Arbitragem ou no Termo de Arbitragem, assim como observada nova oportunidade de Contraditório, as partes poderão aditar ou complementar suas alegações iniciais, seu pedido, sua contestação

ou sua reconvenção, desde que dentro do escopo da convenção de arbitragem, salvo se o tribunal arbitral constituído considerar inapropriado tal aditamento ou complementação, em razão do atraso com que for formulado, do prejuízo que possa acarretar a outra parte ou de qualquer outra circunstância relevante.

CAPÍTULO III – DA RESPOSTA

Art. 10 O requerido, denominado de Demandado, terá até 10 (dez) dias para manifestar-se em resposta sobre a NOTIFICAÇÃO recebida, indicar árbitro nos termos do art. 13, e apresentar sua CONTESTAÇÃO, que deverá mencionar:

I – a exposição das razões de fato e de direito;

II – a solução proposta ou a reparação pleiteada;

III – o valor reclamado em que se fundamenta o demandante;

IV – a respeito do lugar da arbitragem, do idioma, número de árbitros e suas qualificações;

V – a lei material ou regra de direito que serão adotadas para o julgamento;

VI – os documentos que entender relevantes, anexando-os, e a indicação das provas que pretende produzir.

§1º Em sua CONTESTAÇÃO, o demandado poderá formular uma RECONVENÇÃO, desde que fundada no mesmo contrato, ou fazer valer um direito baseado no mesmo contrato, para efeitos de compensação, neste caso atribuindo valor da causa à RECONVENÇÃO.

§2º Salvo disposição das partes em contrário, o idioma da arbitragem será o Português, exceto se a convenção de arbitragem estiver redigida exclusivamente em um único idioma diverso da língua portuguesa, hipótese em que será adotado o idioma da convenção, ressalvada a faculdade do tribunal arbitral determinar de outra maneira, com base nas alegações das partes ou nas circunstâncias da arbitragem.

Art. 11 Oferecida tempestivamente a contestação, será aberto prazo de 10 (dez) dias, para o Demandante, caso queira, apresentar réplica, sendo-lhe facultado apresentar documentos para contrapor os fatos deduzidos na contestação. Nesse mesmo prazo, se for o caso, já deverá o Demandante apresentar contestação à reconvenção, observando-se as disposições do artigo 10.

CAPÍTULO IV – DOS PRAZOS

Art. 12 Os prazos para as notificações, comunicações e intimações contar-se-ão da seguinte forma:

I – Os prazos serão contados em dias úteis, excluindo-se o dia do recebimento da notificação e incluindo-se o do vencimento.

II – A ausência de alegação tempestiva de irregularidade de prazo importará na validade do ato praticado pela parte contrária, sem prejuízo da apreciação de ofício pelo Árbitro ou Tribunal Arbitral.

III – Conta-se o início dos prazos a partir da confirmação de sua ciência, presumida nos casos de emissão de e-mail, 3 (três) dias após a data do comprovante de envio emitido pelo meio emissor.

IV – Na ausência de prazo estipulado por este regulamento ou fixado pelo Tribunal Arbitral, será considerado o prazo de 10 dias úteis.

V – Excepcionalmente, o Tribunal Arbitral ou a Diretoria Técnica da entidade, no caso de o Tribunal ainda não ter sido constituído, poderá prorrogar quaisquer prazos estabelecido neste artigo se considerar tal prorrogação justificável.

CAPÍTULO V – DOS ÁRBITROS

Art. 13 A escolha do árbitro único e seu suplente será realizada em conjunto pela Requerente e pela Requerida, da seguinte forma: a Requerente, na petição inicial, escolherá três nomes, dentre os nomes da lista de árbitros da CAMACAN LATAM ou qualquer outro nome não cadastrado nesta Câmara, anexando, neste caso, o currículo do profissional indicado e declaração de inexistência de vínculo ou relacionamento de qualquer espécie que prejudique a independência, imparcialidade e liberdade de convencimento, observando-se o disposto no § 3º, deste artigo.

§1º Se a Requerida concordar com os nomes escolhidos pela Requerente, deverá manifestar sua concordância na Contestação, escolhendo o árbitro titular e o seu suplente, dentre os nomes indicados na inicial. Caso contrário, apresentará nova lista tríplice, devolvendo ao Requerente o direito de escolha do árbitro titular e seu suplente, dentre os nomes escolhidos pelo Requerido. O Requerente será intimado para fazer a escolha no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

§2º Na hipótese de não haver concordância entre as partes na escolha do árbitro e seu suplente, a Diretoria Técnica da CAMACAN LATAM procederá a escolha, desconsiderando os seis nomes constantes das listas formadas por ambas as partes.

§3º Na hipótese de indicação de Árbitro não constante da lista da CAMACAN LATAM, esta escolha ficará sujeita a análise de admissão pela Diretoria Técnica e ao recolhimento do excedente da taxa de administração.

Art. 14 Havendo pluralidade de demandantes e ou demandados (arbitragem de partes múltiplas), cada polo apresentará uma única lista tríplice para a escolha do árbitro titular e seu suplente independentemente da quantidade de pessoas que cada parte possa conter, observando-se o previsto nos itens antecedentes.

Parágrafo único. Não havendo concordância entre os múltiplos requerentes ou entre os múltiplos requeridos, deverá ser realizado sorteio dentre os nomes da lista

de árbitros da instituição. Caso apenas um dos múltiplos requerentes ou um dos múltiplos requeridos se manifeste, prevalecerá a indicação de árbitro feito por este.

Art. 15 Na hipótese de formação de Tribunal Arbitral, as partes poderão nomear os árbitros através da indicação por escrito, da sua escolha, na petição inicial e na contestação.

§1º As partes podem indicar seus árbitros entre os profissionais integrantes do Corpo de Especialistas cadastrados pela CAMACAN LATAM. Caso, as partes queiram indicar árbitros externos ao quadro de profissionais cadastrados pela CAMACAN LATAM deverão anexar o currículo profissional e declaração de inexistência de vínculo ou relacionamento de qualquer espécie que afete a independência, imparcialidade e liberdade de convencimento, devendo também ser observada a disposição do § 3º do art. 13.

§2º As partes podem indicar substitutos aos árbitros que escolherem ou delegarem aos próprios árbitros a escolha de seus suplentes. A falta de indicação ou de definição de critério de escolha do substituto, autoriza, desde já, a designação pela Diretoria Técnica da CAMACAN LATAM.

Art. 16 O Tribunal Arbitral será sempre constituído em número ímpar. Quando as partes optarem por trabalhar com três árbitros, cada parte indicará um e a CAMACAN LATAM indicará o terceiro, sendo que o árbitro Presidente será escolhido por meio de sorteio, realizado pelos próprios árbitros, na presença das partes, durante a reunião inicial de arbitragem.

Art. 17 Serão definitivas as decisões da CAMACAN LATAM com relação à indicação, confirmação, recusa e substituição do árbitro.

Art. 18 Se as partes não chegarem a um acordo em relação ao número de árbitros, a Diretoria Técnica da CAMACAN LATAM nomeará árbitro único e seu substituto, integrantes do Corpo de Especialistas da Entidade, salvo se a CAMACAN LATAM entender que seja mais recomendável, face ao contexto da disputa, que a decisão seja feita por um Tribunal Arbitral. Neste caso, designará os três árbitros para compor o respectivo colegiado, podendo convidar especialistas externos ao quadro se entender relevante para o caso, fundamentadamente, hipótese em que as partes irão absorver, integralmente, todas as despesas e custos inerentes.

Art. 19 A Diretoria Técnica da CAMACAN LATAM, deverá adotar todo o zelo necessário para que seja observada, na escolha dos árbitros, a garantia do princípio da imparcialidade e independência, levando-se em conta, sempre que possível, na arbitragem internacional, a conveniência de indicação de pessoas de nacionalidades distintas a das partes em conflito.

Art. 20 Uma vez indicados os árbitros, a Secretaria da CAMACAN LATAM solicitará a estes que, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestem-se para aceitação formal do encargo para todos os efeitos, intimando-se as partes para a elaboração do Termo de Arbitragem.

Art. 21 O afastamento de um árbitro, por qualquer das causas elencadas na lei 9.307/96, implica em nomeação automática de seu substituto, que assumirá o encargo na mesma data do impedimento ou afastamento.

Parágrafo único. Somente poderá haver recusa do árbitro nos casos previstos na Lei 9.307/96, por escrito e com indicação das razões e apontando as provas de tal alegação.

Art. 22 Se qualquer das partes, tendo celebrado cláusula compromissória ou após concordar com instauração da arbitragem, deixar de indicar seu árbitro, ou recusar-se a firmar o Termo de Arbitragem no prazo estipulado no Art. 29, a Diretoria Técnica da CAMACAN LATAM designará, dentre os nomes que integram o Corpo de Especialistas da instituição, o(s) árbitro(s), para a solução da controvérsia, dando prosseguimento ao procedimento.

Art. 23 Os árbitros que atuarem de acordo com estas regras deverão adotar para as arbitragens internas o Código de Ética do CONIMA, ou, nas arbitragens internacionais, o Código de Ética do IBA – International Bar Association.

CAPÍTULO VI – DA COMPETÊNCIA, JURISDIÇÃO E ARBITRABILIDADE

Art. 24 Antes de aceitar a nomeação, o árbitro indicado tem o dever de revelar à CAMACAN LATAM qualquer circunstância que possa implicar em dúvidas razoáveis em relação a sua imparcialidade e independência.

Parágrafo único. Se em qualquer etapa da arbitragem surgirem novos fatos que possam dar lugar a tais dúvidas, o árbitro deverá revelar de imediato tais circunstâncias às partes e à CAMACAN LATAM.

Art. 25 O árbitro único ou o Tribunal tem o dever de decidir por provocação, ou de ofício, sobre a sua própria competência ou jurisdição.

§1º O árbitro único ou o Tribunal Arbitral tem o dever de decidir por provocação, ou de ofício, sobre questões relativas à existência, escopo ou validade da convenção de arbitragem, que será autônoma ao contrato ou documento em que inserida;

§2º A parte que pretender arguir questões relativas à competência do Tribunal Arbitral ou sobre a arbitrabilidade da demanda, deverá fazê-lo, no máximo, até 3 (três) dias antes da REUNIÃO INICIAL, sob pena de preclusão;

Art. 26 Em caso de arguição de impedimento ou suspeição do(s) árbitro(s), o(s) mesmo(s) será(ão) intimados pela Secretaria da CAMACAN LATAM para que se manifeste(m), no prazo de 5 (cinco) dias. Após a manifestação do árbitro, será concedido vista às partes por igual prazo;

Parágrafo único. O Tribunal Arbitral ou árbitro único poderá decidir tais arguições como matéria preliminar. Se depois de proferida a decisão, a parte que arguiu o impedimento ou suspeição não concordar, poderá requerer à Diretoria Técnica da

CAMACAN LATAM que decida acerca do assunto, sendo tal decisão soberana e definitiva.

CAPÍTULO VII – DA REPRESENTAÇÃO DAS PARTES E DAS REUNIÕES

Art. 27 Qualquer parte poderá ser representada, na arbitragem, por procuradores habilitados e/ou representantes legais, desde que munidas com documento válidos de constituição ou procuração com poderes especiais para tal finalidade. Os nomes, endereços e números de telefones dos representantes deverão ser comunicados por escrito à secretaria da CAMACAN LATAM.

Art. 28 O Tribunal Arbitral poderá realizar reuniões, ouvir testemunhas ou realizar inspeções locais ou outras diligências em qualquer local que julgue apropriado, o que será comunicado por escrito, com antecedência de, no mínimo, 10 (dez) dias, para que as partes, caso queiram, possam estar presentes e acompanhar tais procedimentos.

CAPÍTULO VIII – DA REUNIÃO INICIAL E DO TERMO DE ARBITRAGEM

Art. 29 Após a nomeação dos árbitros, será designada a Reunião Inicial para realizar-se em até 15 dias após a manifestação de aceitação do árbitro escolhido, notificando as partes, procuradores e os árbitros para estarem presentes. Nesta reunião serão dirimidas as dúvidas ainda existentes sobre o conflito; serão registrados todos os procedimentos necessários e ajustados com as partes para a condução do procedimento arbitral, redigindo-se o Termo de Arbitragem, considerando-se formalmente instituída e iniciada a Arbitragem, nos termos da Lei 9.307/96.

§1º Será viável a realização da Reunião Inicial por vídeo ou teleconferência, sob hipóteses em que a Diretoria Técnica da CAMACAN LATAM examinará a viabilidade e a conveniência em conformidade com o **Art 4º** do presente regulamento.

§2º Será designado um profissional pela Diretoria Técnica da CAMACAN LATAM, que com a assistência dos árbitros ou do árbitro único, fica autorizado a lavrar o Termo de Arbitragem, iniciando-se, então, o procedimento arbitral.

§3º O termo de arbitragem conterá:

I – Os nomes e qualificações das partes;

II – Constituição e nomeação de procuradores, representantes e assistentes técnicos;

III – Objeto do conflito, com seus limites e especificações consoante interesses das partes;

IV – Grau de confidencialidade das alegações, fatos, documentos, interesses empresariais ou publicidade das decisões;

V – Convenção sobre o endereçamento das notificações incidentes;

VI – O valor da demanda;

VII – O nome, profissão e domicílio do árbitro, ou dos árbitros, ou se for o caso, a identificação de entidade a qual as partes delegaram a indicação de árbitros;

VIII – O lugar em que será proferida a sentença arbitral;

IX – O idioma em que se desenvolverá o procedimento.

§4º As partes poderão juntar ao Termo de Arbitragem os documentos que considerem pertinentes ou referir-se a documentos e provas que irão apresentar.

§5º Caso a parte demandante não compareça no dia designado para a REUNIÃO INICIAL, o procedimento será extinto, respondendo tal parte pelas custas incidentes. Não comparecendo à reunião a parte demandada, o árbitro e ou profissional designado pela Diretoria Técnica, ouvindo a parte presente e analisando os documentos apresentados, definirá os elementos do Termo de Arbitragem, que será assim lavrado, certificando-se o não comparecimento da parte omissa ou recalcitrante, e dando prosseguimento ao procedimento arbitral.

CAPÍTULO IX – DO ÁRBITRO DE EMERGÊNCIA

Art. 30 As partes que tenham previsto a adoção do Regulamento da CAMACAN LATAM como regente da Arbitragem, salvo disposição expressa em contrário na Cláusula Arbitral, se sujeitarão à Arbitragem de Emergência, se disporo ao cumprimento espontâneo da medida eventualmente determinada, para as situações urgentes que demandem a necessidade de imediata decisão antes mesmo de iniciada a Arbitragem.

§1º Antes de escolhido os árbitros ou instituída a Arbitragem, a parte interessada na medida cautelar ou urgente deverá apresentar Requerimento de Medida Cautelar Pré-Arbitragem à CAMACAN LATAM, mediante o recolhimento das despesas, taxas e honorários específicos definidos no Regulamento de Custas da CAMACAN LATAM.

§2º O Requerimento de Medida Cautelar Pré-Arbitragem deverá ser instruído da seguinte forma:

I – com o comprovante do pagamento das Taxas e Honorários da Arbitragem de Emergência;

II – demonstrar a Convenção de Arbitragem existente, assim como a previsão sobre a escolha da CAMACAN LATAM de seu Regulamento como regente;

III – fazer um relato dos fatos, a demonstração da probabilidade jurídica da pretensão e da urgência da medida pretendida e dos riscos da sua não

implementação, bem como da inexistência de risco de irreversibilidade da medida pretendida.

§3º Recebido o Requerimento de Medida Cautelar, a Diretoria Técnica da CAMACAN LATAM, verificado o recolhimento das Taxas e Honorários definidos no Regulamento de Custas, designará imediatamente um Árbitro de Emergência, que no ato de aceitação da missão deverá cumprir com o dever de revelação previsto neste regulamento. Na hipótese de revelação de qualquer questão que possa levantar razoável dúvida sobre sua imparcialidade, neutralidade e independência, a Diretoria Técnica deve designar outro Árbitro de Emergência.

§4º Após aceita a missão e confirmada sua designação pela Diretoria Técnica, quando existente alguma Revelação apresentada, o Árbitro de Emergência deverá antes de decidir, conceder oportunidade para a outra parte se manifestar, salvo se não existir tempo hábil para essa manifestação ante o grau de urgência apontada na pretensão, e neste caso, oportunizar a manifestação imediatamente após, reavaliando a necessidade de manutenção ou revogação da medida, caso deferida;

§5º O Árbitro de Emergência deve se restringir a deliberar exclusivamente sobre a medida de urgência pretendida, sem avançar na análise de outras questões;

§6º A parte que tenha requerido a medida cautelar ou de urgência deverá, se deferida, apresentar o Requerimento de Arbitragem definitiva até 30 dias após a efetivação da decisão proferida pelo Árbitro de Emergência, sob a consequência de perder vigência a medida concedida.

§7º Após instituída efetivamente a Arbitragem definitiva, o Árbitro ou Tribunal Arbitral avaliará a conveniência de manutenção da medida cautelar proferida pelo Árbitro de Emergência, podendo alterar, revogar ou anular a decisão anterior.

CAPÍTULO X – NORMAS PROCEDIMENTAIS E DE JULGAMENTO

Art. 31 As normas do procedimento e seus incidentes serão as previstas na Convenção de Arbitragem, neste regulamento e as previstas na Lei 9.307/96 e alterações trazidas pela Lei 13.129/2015 e as complementares expedidas pela entidade, pelo Árbitro ou Tribunal Arbitral.

Art. 32 Se as partes deixarem de fazer a indicação da(s) lei(s) material(ais) ou das regras de direito aplicáveis à disputa, o Tribunal Arbitral constituído aplicará a(s) lei(s) ou as regras de direito que considerar apropriadas.

Art. 33 Na condução do processo o árbitro ou Tribunal adotará as disposições necessárias e compatíveis com princípios de informalidade e celeridade.

Parágrafo único. O árbitro ou Tribunal poderá dispensar formalidades ou inovar nos ritos processuais, desde que estejam assegurados os princípios de igualdade, contraditório e ampla defesa das partes.

Art. 34 O Tribunal poderá, a seu exclusivo critério, em qualquer momento do procedimento:

I – requerer a apresentação, por qualquer das partes, de um resumo dos documentos em que se sustenta a demanda ou a contestação;

II – determinar provas, desmembrar procedimentos, excluir testemunho cumulativo ou irrelevante;

III – determinar que as partes se concentrem na apresentação das questões cuja decisão possa encerrar o caso.

Art. 35 Todas as manifestações ou documentos apresentados pelas partes serão fornecidos no número de vias suficientes para serem entregues à(s) contraparte(s), aos árbitros, e deverão ser protocoladas junto à secretaria da CAMACAN LATAM destinando-se a original, para formação do processo. A não obediência deste preceito poderá acarretar o desentranhamento do documento juntado, a critério do árbitro ou Tribunal Arbitral.

Parágrafo único. Salvo disposição contrária das partes, ou do Tribunal Arbitral, todas as notificações, comunicações ou intimações escritas poderão ser enviadas por qualquer meio que possa ser objeto de comprovação, a exemplo dos estipulados no art. 7º.

Art. 36 Caso entenda necessário a realização de audiência de instrução, o presidente do Tribunal Arbitral convocará as partes, testemunhas indicadas e demais árbitros, com antecedência mínima de 10 (dez) dias, acerca da respectiva data, local e hora.

Art. 37 A audiência marcada terá lugar ainda que qualquer das partes, regularmente notificada, a ela não compareça, não podendo a sentença, entretanto, fundar-se na ausência da parte para decidir.

Art. 38 O presidente do Tribunal Arbitral, se as circunstâncias o justificarem, poderá determinar a suspensão ou o adiamento da audiência. A suspensão ou o adiamento será obrigatório se requerida por todas as partes, devendo, desde logo, ser designada data para sua realização ou prosseguimento.

Art. 39 Nas arbitragens que envolvam a interpretação de contratos, o Tribunal decidirá de acordo com os termos deste e levará em consideração as leis e os usos do comércio aplicáveis ao mesmo.

CAPÍTULO XI – DO ÔNUS NA PRODUÇÃO DA PROVA E FORMAÇÃO DO CONVENCIMENTO DO ÁRBITRO

Art. 40 Compete a cada parte o ônus de provar os fatos que embasam sua argumentação. Entretanto, em qualquer fase do procedimento, não se exclui do árbitro ou do Tribunal Arbitral a possibilidade para formar o seu convencimento, de determinar às partes que produzam provas que julgue necessárias ou apropriadas.

§1º A entrega de material sigiloso será objeto de específica consideração de conveniência e oportunidade pelo(s) árbitro(s), obedecidas as disposições havidas entre partes.

§2º Se uma parte, devidamente convocada a produzir prova ou tomar qualquer outra medida, não o fizer no prazo estabelecido pelo árbitro ou pelo Tribunal Arbitral, ocorrerá a preclusão, podendo ser proferida decisão imediatamente. Poderá a parte, no entanto, em tempo hábil, anteriormente ao vencimento do prazo, requerer ao árbitro ou ao Tribunal Arbitral, justificadamente, a dilação do prazo para produção daquela prova ou de qualquer outra medida, demonstrando a impossibilidade de fazê-lo no prazo inicialmente assinalado.

§3º A requerimento de qualquer das partes, ou a seu exclusivo critério, em qualquer etapa do procedimento, o árbitro ou o Tribunal Arbitral realizará REUNIÕES para a apresentação de provas orais produzidas por testemunhas, peritos, ou para alegações finais.

Art. 41 O árbitro ou o Tribunal Arbitral poderão nomear um ou mais peritos para que realize análise e produza laudo escrito com a descrição do objeto a ser periciado, responda quesitos elaborados pelo árbitro ou propostos pelas partes e apresente suas conclusões, que não serão vinculantes para o árbitro ou Tribunal Arbitral.

§1º As partes informarão ao perito o que lhes for solicitado, apresentando para apreciação do perito todos os documentos requisitados, bem como os bens pertinentes que lhes possa ser solicitado. Qualquer discordância entre as partes e o perito a respeito da pertinência da informação ou apresentação de bens será resolvida por decisão do árbitro ou do Tribunal Arbitral.

§2º Uma vez recebido o Laudo do perito, o Tribunal Arbitral enviará uma cópia dele às partes, a quem se oferecerá a oportunidade de expressar por escrito sua opinião sobre o Laudo, bem como solicitar ao tribunal arbitral uma reunião para interrogar o perito. Às partes é garantido o direito de examinar qualquer documento que o perito haja se referido em seu Laudo.

§3º Na reunião para interrogar o perito, às partes é assegurado o direito de fazer-se acompanhar de assistentes técnicos para prestar testemunho sobre os pontos controvertidos do Laudo. Serão aplicáveis a esta reunião as disposições previstas no artigo 42.

CAPÍTULO XII – REUNIÕES E TESTEMUNHOS

Art. 42 As partes serão notificadas da data, hora e local de todas as reuniões que se fizerem necessárias, a critério exclusivo do árbitro ou do Tribunal Arbitral, com antecedência de 10 (dez) dias.

§1º Deverá ser comunicado à Secretaria a necessidade da presença de intérpretes, tradutores ou leiloeiros na reunião, com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

§2º Os documentos em língua estrangeira deverão ser traduzidos por tradutor juramentado, exceto se as partes tiverem renunciado a esta exigência.

§3º Ante a necessidade, o árbitro Presidente outorgará a tarefa de tradutores, intérpretes e leiloeiros, a profissionais cadastrados pela CAMACAN LATAM, cujo trabalho deverá ser concluído até 03 (três) dias antes da reunião.

Art. 43 Cada parte comunicará ao árbitro ou Tribunal Arbitral, no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da notificação a que se refere o caput, do artigo 42, apresentar os nomes, endereços e qualificações das testemunhas que pretenda ouvir, apontando, justificadamente, a prova que será produzida com o depoimento e o(s) idioma(s) em que tais testemunhas apresentarão seu depoimento.

§1º A responsabilidade pela intimação da(s) testemunha(s) é exclusiva da parte que pretenda realizar a prova testemunhal.

§2º Recusando-se qualquer testemunha a comparecer à audiência ou escusando-se de depor sem motivo legal, poderá o presidente do Tribunal Arbitral, a pedido de qualquer das partes ou de ofício, requerer à autoridade judiciária as medidas adequadas para a tomada do depoimento da testemunha faltosa.

Art. 44 As reuniões serão confidenciais, salvo se as partes, de comum acordo, estabelecerem de forma diversa. O árbitro ou o Tribunal Arbitral, contudo, poderão determinar que qualquer testemunha se retire durante o depoimento de outras testemunhas.

§1º O árbitro ou Tribunal Arbitral poderão determinar o modo pelo qual as testemunhas serão ouvidas.

§2º O depoimento de testemunhas pode ser realizado por meio de documento escrito e assinado, videoconferência, ou por outra forma que utilize como meio a tecnologia avançada de comunicação de dados, voz e imagem, desde que dados, voz e imagem possam ser registrados em meio eletrônico de armazenamento de informações.

Art. 45 O árbitro ou o Tribunal Arbitral levarão em conta livremente, de acordo com sua convicção, a admissibilidade, relevância, importância e valor da prova apresentada.

CAPÍTULO XIII – DAS REUNIÕES E AUDIÊNCIAS REMOTAS

Art. 46 Sendo viável e conveniente a realização de reuniões e audiências por vídeo ou teleconferência, os participantes, árbitro ou Tribunal arbitral devem estar em conformidade com o Capítulo XII deste regulamento. Ficam estabelecidas as seguintes questões preliminares de ordem técnica:

I. Os participantes das reuniões e audiências remotas devem contar com aparato técnico mínimo que permita a realização dos trabalhos sem intercorrências e de maneira satisfatória, como garantia do exercício dos direitos de defesa, contraditório e tratamento equânime das partes.

II. Para realização das Audiências Remotas, a CAMACAN LATAM fornece a utilização de plataformas de terceiros, sujeitas aos seus respectivos termos e condições, que devem ser analisados e assentidos previamente pelos participantes.

III. A Secretaria CAMACAN LATAM atuará, salvo determinação em contrário, como organizadora (host) para fins de: agendamento, envio dos links de acesso, gerenciamento de permissões de ingresso na plataforma (salas de espera) e de eventual exclusão de Participante, contato com estenotipistas e intérpretes, se houver, bem como comunicação com o(a) técnico(a) de T.I.

Art. 47 Sobre o planejamento para as reuniões e audiências remotas:

I. O tribunal arbitral, quando verificada a necessidade de reunião ou audiência, consultará as partes e decidirá acerca da realização da Audiência Remota.

II. Uma vez determinada a realização de reuniões e audiências remotas, a Secretaria consultará o tribunal arbitral sobre a plataforma virtual que pretende utilizar, fornecendo informações e subsídios técnicos para dar suporte a tal decisão ficando.

III. Escolhida a plataforma virtual, a Secretaria solicitará aos patronos das partes que informem os nomes completos dos Participantes e os endereços eletrônicos que devem receber o link de acesso, a fim de que sejam enviados os convites (invites) para a realização do teste prévio à data da audiência.

IV. Após a realização dos testes, a Secretaria enviará o convite das eventuais reuniões e audiência remotas a todos os participantes.

V.. A Secretaria CAMACAN LATAM consultará o tribunal arbitral sobre a necessidade de contratação de serviços de estenotipia e tradução, conforme o caso.

VI. É de responsabilidade dos patronos das partes informar à Secretaria CAMACAN LATAM os endereços eletrônicos de testemunhas fáticas, técnicas, representantes legais ou outros Participantes, a fim de que lhes sejam encaminhadas as informações relativas à audiência. Também é de responsabilidade dos patronos informar à Secretaria CAMACAN LATAM e ao tribunal arbitral antecipadamente sobre outros participantes e eventuais terceiros que estarão fisicamente no mesmo local que outro participante.

VII. A Secretaria encaminhará ao tribunal arbitral a lista das pessoas que participarão das reuniões e audiências remotas, devidamente acompanhadas dos endereços eletrônicos (“Lista de Participantes”).

VIII. Os autos eletrônicos do procedimento ficarão à disposição para consulta pelos árbitros e pelos advogados das partes.

IX. Os documentos a serem utilizados no curso das reuniões e audiências remotas devem ser apresentados pelos advogados das partes em core bundle digital,

devendo ser disponibilizados pela Secretaria CAMACAN LATAM em link para tal fim. Com o objetivo de conferir eficiência aos trabalhos, os documentos devem estar organizados e ordenados conforme a sua apresentação e identificados de acordo com a denominação nos autos do procedimento.

Art. 48 Fica estabelecido que na ocasião das reuniões e audiência remota

I. No dia designado para a realização das reuniões e audiência remota, todos os Participantes devem acessar a plataforma pelo menos 30 (trinta) minutos antes do horário marcado para o início dos trabalhos, para último teste de funcionamento de equipamentos e verificação de demais questões de ordem técnica.

II. No início da reunião ou audiência remota, sugere-se que o tribunal arbitral, de posse da Lista de Participantes, confirme a presença de todos (as).

III. Caso as reuniões ou audiências remotas sejam acessadas por qualquer pessoa que não conste da Lista de Participantes, tal fato deve ser imediatamente informado ao tribunal arbitral. O tribunal arbitral deverá ser igualmente informado, caso qualquer pessoa que não conste da Lista de Participantes, esteja no mesmo ambiente físico que algum dos Participantes.

IV. A qualquer momento no curso da reunião ou audiência remota, o tribunal arbitral, ex officio ou a pedido dos patronos das partes, poderá solicitar aos Participantes que exibam o ambiente físico em que se encontram (rotação 360°) a fim de que se possa verificar e confirmar as pessoas presentes no local.

V. Salvo determinação em sentido contrário pelo tribunal arbitral, a Secretaria CAMACAN LATAM será a única autorizada e responsável pela gravação da reunião ou audiência remota, a qual será realizada por meio de recurso disponibilizado na própria plataforma e, eventualmente, de gravador convencional como cópia de segurança (backup).

VII. As apresentações de slides e/ou os documentos dos autos a serem visualizados no curso da reunião ou audiência remota, devem ser exibidos pelo interessado por meio do recurso de compartilhamento de telas disponível na plataforma.

VIII. Para melhor aproveitamento dos trabalhos, de modo que haja clareza nas apresentações e nos depoimentos, assim como para facilitar a execução do serviço de transcrição, um interlocutor deve aguardar o término da fala de seu antecessor.

IX. É recomendável que seja estabelecida a sequência de oitiva de testemunhas e/ou demais Participantes antes da realização da Audiência Remota. Caso a ordem de oitiva não tenha sido previamente determinada, os patronos das partes devem informar ao tribunal arbitral qual testemunha pretendem chamar, ficando a Secretaria CAMACAN LATAM, na qualidade de organizadora do evento (host), responsável por dar à testemunha acesso à sala de Audiência Remota. Da mesma forma, a Secretaria CAMACAN LATAM acompanhará a saída da testemunha da sala de Audiência Remota, ao final de sua oitiva.

X. Se, no curso da audiência remota, o tribunal arbitral ou os patronos das partes necessitarem de sala exclusiva para fins de deliberação ou reunião, a Secretaria CAMACAN LATAM providenciará o acesso às referidas salas, enviando os respectivos links àqueles que devem acessá-las.

XI. Caso haja qualquer tipo de intercorrência técnica ou de outra natureza, o tribunal arbitral poderá suspender a reunião ou audiência remota, determinando a sua retomada no mesmo dia ou em nova data.

CAPÍTULO XIV – DA SENTENÇA ARBITRAL

Art. 49 A sentença arbitral terá a forma escrita e poderá ser proferida sobre todo o objeto levado à Arbitragem, ou sobre parte do objeto levado à Arbitragem, caso o árbitro ou o Tribunal Arbitral entender necessário fragmentar a decisão, para facilitar o desenvolvimento da arbitragem, até que profira sentença final.

Parágrafo único. Toda e qualquer sentença arbitral (total, parcial ou final) será definitiva, irrecorrível e obrigatória entre as partes. As partes se comprometem a cumprir espontaneamente cada sentença, dentro do prazo estabelecido na própria decisão.

Art. 50 Salvo se as partes convencionarem de modo diverso, o árbitro ou o Tribunal Arbitral proferirá a sentença em até 30 (trinta) dias, contados do término do prazo para alegações finais das partes, podendo tal prazo ser prorrogado, por igual período, pelo árbitro ou pelo presidente do Tribunal Arbitral.

§1º A sentença arbitral será proferida por maioria de votos, cabendo a cada árbitro, inclusive o Presidente, voto singular. Se não houver acordo majoritário, prevalecerá o voto do Presidente do Tribunal Arbitral.

§2º A sentença arbitral conterá:

I – o relatório com o nome das partes e um resumo do litígio;

II – os fundamentos da decisão, onde serão analisadas as questões de fato e de direito, mencionando-se, expressamente, se os árbitros julgaram por equidade;

III – o dispositivo, em que os árbitros resolverão as questões que lhes forem submetidas e estabelecerão o prazo para cumprimento da decisão, se for o caso;

IV – a data e o lugar em que foi proferida.

Art. 51 A sentença será assinada pelos árbitros e conterá a data e o lugar em que se ditou, que será o lugar indicado pelas partes ou aquele estabelecido pelo Tribunal Arbitral.

Parágrafo único. Em razão das dificuldades operacionais e de distâncias envolvidas, para não retardar e encarecer o fluxo do procedimento arbitral, no caso de Tribunal Arbitral, as decisões poderão ser assinadas pelo Presidente do Tribunal

Arbitral, certificando-se que os co-árbitros estejam ou não de acordo com a referida decisão, mediante manifestação feita por cada qual, por quaisquer meios eletrônicos, de anuência ou divergência com a decisão emitida.

Art. 52 Antes da comunicação da decisão às partes, o árbitro ou o Tribunal Arbitral, por iniciativa própria, poderá encaminhar à Diretoria Técnica da CAMACAN LATAM, pedido para verificação e correção de erros materiais de digitação, cálculo ou tipográficos que possam confundir ou levar a erro na execução da decisão, dispondo o mesmo do prazo improrrogável de 10 (dez) dias para verificar tais correções ou declarar fundamentadamente porque não o faz.

CAPÍTULO XV – DA CONCILIAÇÃO NO CURSO DO PROCEDIMENTO

Art. 53 Na hipótese de transação por negociação, conciliação ou pela incidência de qualquer meio consensual entre as partes, depois de instituída a arbitragem e antes da data em que se dite a sentença, o árbitro ou o Tribunal Arbitral ordenará a conclusão do procedimento e registrará a transação em forma de sentença declaratória do acordo realizado entre as partes.

CAPÍTULO XVI – DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PARA ESCLARECIMENTO, RETIFICAÇÃO E COMPLEMENTAÇÃO DA SENTENÇA ARBITRAL

Art.54 Comunicada a sentença arbitral às partes, no prazo de 5 (cinco) dias ou em outro que tenham convencionado, poderão, por meio de Embargos de Declaração, requerer ao árbitro ou ao Tribunal Arbitral:

I – uma interpretação da sentença sobre eventual obscuridade, contradição ou dúvidas;

II – sua retificação por erro material, de cálculo, ou qualquer outro de natureza similar;

III – sua complementação na hipótese de omissão sobre tese relevante ou pedido não apreciado.

§1º Recebidos os Embargos de Declaração, se tempestivos, o Árbitro ou Presidente do Tribunal Arbitral notificará a outra parte para que possa oportunizar no prazo equivalente ao previsto para a apresentação dos Embargos, eventual Impugnação à pretensão deduzida pela parte embargante.

§2º Recebida a impugnação ou superada a oportunidade de sua apresentação, o árbitro ou Tribunal Arbitral emitirá sentença complementar, no prazo máximo de 10 (dez) dias, salvo convenção diversa, avaliando a necessidade ou não de correção material, esclarecimento ou saneamento de omissão, sendo as partes notificadas sobre os termos desta sentença complementar.

CAPÍTULO XVII – CUSTAS DA ARBITRAGEM

Art. 55 As custas serão cobradas mediante consulta à CAMACAN LATAM.

Art. 56 O árbitro ou o Tribunal Arbitral fixará as custas adicionais da arbitragem na sentença final, assim como a distribuição da responsabilidade final de pagamento para cada uma das partes, respeitando o que ficou estabelecido na Convenção de Arbitragem e/ou no Termo de Arbitragem. As custas poderão incluir:

I. Honorários, custos de viagem e despesas dos árbitros, indicados de forma individualizada;

II. Custos com a assistência ao árbitro ou ao Tribunal Arbitral, incluindo seus peritos, tradutores e intérpretes;

III. Custos relacionados com solicitação de medidas emergenciais;

IV. Despesas com viagens e outros gastos realizados com testemunhas, desde que aprovados pelo árbitro ou pelo Tribunal Arbitral;

V. Despesas realizadas com a defesa da parte a quem a sentença beneficiou, na hipótese de que tais despesas tenham sido reclamadas durante o procedimento e somente até o montante que o tribunal determine como razoável;

VII. Despesas da CAMACAN LATAM com outros gastos com serviços prestados para o bom andamento do procedimento, não previstas no âmbito da taxa de administração.

VII. Honorários de sucumbência fixados em 15% (quinze por cento) do valor econômico da condenação da parte perdedora em favor do advogado da parte vencedora, mensurando a proporção no caso de parcial sucumbência.

§1º Os custos de registro, de administração do procedimento e de honorários dos árbitros serão fixados por oportunidade do início da arbitragem, em conformidade com a tabela vigente à época do início do procedimento.

§2º As custas da arbitragem poderão fazer parte do acordo das partes por oportunidade da redação do Termo de Arbitragem. Caso as partes não entrem em acordo a respeito do seu pagamento, o Tribunal Arbitral fixará as custas levando em consideração o Regulamento de Custas, o princípio da razoabilidade e as circunstâncias do caso concreto.

Art. 57 O depósito para pagamento das custas e honorários incidentes na arbitragem será realizado mediante consulta prévia à CAMACAN LATAM..

CAPÍTULO XVIII – DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Art. 58 Aplicam-se as disposições deste Regulamento, as Arbitragens que tenham, em qualquer pólo da Demanda Arbitral, ente da Administração Pública, Direta ou Indireta.

§1º As normas da presente Seção derogam as normas gerais previstas nas demais Seções do presente Regulamento naquilo em que com elas não forem compatíveis.

§2º Não se aplicam as regras da presente seção à administração de Arbitragens envolvendo prestadores de serviço público e usuários de serviço público, os quais se submeterão às regras gerais do presente Regulamento.

§3º A existência de Convenção de Arbitragem envolvendo as entidades mencionadas no caput não elimina a executoriedade dos atos administrativos de tais entidades nem a exigência de processo administrativo, quando for o caso.

§4º Não será permitido julgamento por equidade.

§5º Nos casos sujeitos às Leis que regulamentem, ou normas equivalentes, a arbitragem será processada no Brasil e em língua portuguesa.

§6º É admitida, a critério do Tribunal Arbitral, a prática de atos fora do território brasileiro e a juntada de documentos e a tomada de depoimentos em língua estrangeira, desde que tais providências se mostrem adequadas para a resolução do litígio e, nos casos sujeitos às Leis, ou normas equivalentes, que a Sentença Arbitral seja proferida no Brasil.

§7º Não se aplicará a regra da confidencialidade do Processo Arbitral, tendo em vista o princípio da publicidade e os deveres de transparência que regem a Administração Pública. Poderá ser dada plena publicidade à integralidade das Sentenças e das decisões interlocutórias proferidas pelo Árbitro de Emergência, pelo Tribunal Arbitral ou pela CAMACAN LATAM, mediante requerimento de interessado, podendo a Sentença ser publicada no sítio eletrônico da CAMACAN LATAM ou em publicações impressas de caráter informativo.

CAPÍTULO XIX– DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 59 Todos os atos realizados, sem a presença da parte omissa, lhes serão COMUNICADOS na forma prevista neste Regulamento.

§1º Se qualquer das partes, devidamente informada para apresentar documentos, não providenciar a apresentação dentro do prazo fixado pelo árbitro ou pelo Tribunal Arbitral, sem invocar motivo impeditivo relevante, ocorrerá a preclusão, ficando o árbitro ou o Tribunal Arbitral autorizado a proferir a sentença arbitral, baseando-se nas provas de que disponha.

Art. 60 As alterações deste Regulamento serão feitas em conformidade com as disposições estabelecidas pela Diretoria Técnica da CAMACAN LATAM.

Art. 61 As partes respondem solidariamente pelas custas e honorários perante a entidade, embora possam, entre si, pactuar fórmulas para se responsabilizar pelo pagamento delas.

Art. 62 O presente Regulamento entra em vigor a partir da data de seu registro em cartório de títulos e documentos.



ARBITRATION REGULATION

CHAPTER I - GENERAL PROVISIONS

Art. 1st Câmara de Mediação e Arbitragem da Cannabis e Saúde Latino-Americana, registered with CNPJ under nº. 40.176.055 / 0001-71, headquartered in Rio de Janeiro / RJ, established for the purpose of administering, nationally and internationally, the resolution of disputes related to mediation and arbitration and other appropriate means of handling conflicts, as well as managing procedures, in all types of controversies involving health rights, in accordance with Brazilian governing legislation and international treaties, without prejudice to other alternative forms that may be indicated to resolve the dispute.

§1º CAMACAN LATAM does not resolve the disputes submitted to itself, but manages the arbitration procedure, providing the structure, environments and functional conditions necessary for its good development, in the form of this Regulation.

§2º CAMACAN LATAM will not interfere or influence, under any circumstances, the decision to be issued by the Emergency Arbitrator, by the Arbitrator or by the Arbitral Tribunal, always maintaining the independence, impartiality, and freedom of conviction of the experts appointed, chosen or accepted by the parties to deliberate on the dispute.

Art. 2 The parties that resolve, by means of an arbitration agreement, to submit any dispute arising to CAMACAN LATAM, are bound by the present Regulation, recognizing by plane the original and exclusive competence of CAMACAN LATAM in its final solution, and the preparatory competence for the issues emergency or precautionary measures before the Arbitration is instituted, in the form of the current legislation and these Regulations.

§1º The term “Arbitral Tribunal”, for the terminological purposes of this Regulation, applies indifferently to the Single Arbitrator or the Arbitral Tribunal.

§2º The omitted cases will be resolved by the Arbitral Tribunal related to the procedure, if already constituted, or by the Technical Director of CAMACAN LATAM.

§3º The Arbitration Regulation will apply whenever the arbitration clause stipulates CAMACAN LATAM or, even when it is chosen by agreement between the parties, the adoption of these rules must be in a written document.

§4º All the procedural documents and documents presented by the parties must be delivered to CAMACAN LATAM, in a physical copy, so that they can be filed in the arbitral proceedings, and a digital copy in pdf format.

Art. 3 The parties, by consensus, may change the rules of the Arbitration procedure provided for in this Regulation, provided that it does not imply a change in the provisions relating to the administrative conduct of the work of CAMACAN LATAM, nor contrary to the legal principles governing the arbitration. Any change does not imply a change in the Regulation and will only apply to the specific case.

Art. 4 The Arbitration will be based in the city of Rio de Janeiro / RJ, where the headquarters of CAMACAN LATAM is located, without prejudice to the possibility of this institution managing procedures based in any location in Brazil or abroad.

§1º Virtual hearings may be administered in the event of exceptional events such as epidemics or pandemics, as well as when the parties are located outside the State that hosts CAMACAN LATAM, nationally or internationally.

CHAPTER II - INSTITUTION OF ARBITRAL PROCEDURE

Art. 5 The party that wishes to initiate the Arbitration procedure, must request in writing the Institution of Arbitration Procedure, addressed to CAMACAN LATAM, in a sufficient number of copies so that all parties, arbitrators and CAMACAN LATAM receive a copy, under the terms of art. 2nd §4th.

Single paragraph. The Arbitration Institution petition must present:

I - request for the dispute to be submitted to Arbitration;

II - the initial request of the Arbitral Demand with the description of the facts, the technical and legal grounds, and the requests that it intends to be considered in the Arbitration, in addition to attaching documents and listing the evidence that it intends to produce;

III - the value that I attributed to the controversy;

IV - the names and full qualifications of the parties involved in the arbitration, with respective full addresses, including phones and emails, if known;

V - the headquarters of the Arbitration defined in the Arbitration Convention;

VI - the language, the law or the rules provided for in the contract and applicable to the respective Arbitration;

VII - the rules that have already been agreed by the parties on the choice of arbitrators, responsibility for payment of expenses related to the procedure and others related to the arbitration procedure;

VIII - document containing the arbitration agreement, providing for CAMACAN LATAM;

IX - identification document of the applicant or its constitutive acts and respective document that proves its representation;

XI - the power of attorney for any patrons with specific powers;

XII - other documents pertinent to the dispute.

XIII - proof of payment of the Registration Fee;

XIV - except if the arbitration agreement provides otherwise, express whether or not you accept that the Arbitration is made by a Single Arbitrator;

XV - unless the arbitration agreement provides otherwise, submit a list containing the name of up to 03 (three) Referees, of the names on the list of arbitrators to be consulted at CAMACAN LATAM.

Art. 6 Received the Request for an Arbitration Institution and verified the existence and validity of the Commitment Clause indicating CAMACAN LATAM as the manager of the procedure, it will send Notification to the defendants with a copy of the Initial Petition of the Arbitration Demand, its attachments, as well as a copy of this Regulation, for a period of up to 10 (ten) days, to express, through a Challenge, on the applicant's intention, warning them about the need to:

I - expressly declare if it accepts that the Arbitration is made by a Single Arbitrator;

II - unless the arbitration agreement provides otherwise, choose the titular arbitrator and his alternate from the triple list submitted by the applicant. If you do not agree with any name, submit a list with three other names of arbitrators, giving back to the applicant the right to choose the principal arbitrator and his alternate among the names on the new list, as provided for in § 1 of art. 13.

Art. 7. For the purposes of the present Regulation, notifications, communications or subpoenas of procedural acts shall be deemed to have been received from the parties and their attorneys, at the addresses indicated in the Convention or in the initial statements. These will be received by registered letter, electronic mail or any other means agreed by the parties.

Art. 8 If the defendant is not found, the applicant must provide the new address to CAMACAN LATAM or promote the defendant's extrajudicial notification regarding the arbitral proceedings.

Article 9 Observing the limits established in the Arbitration Convention or in the Arbitration Term, as well as observing a new opportunity for Contradictory, the parties may add or complement their initial allegations, their request, their challenge or their counterclaim, provided that within the scope of the arbitration agreement, unless the constituted arbitral tribunal considers such an addition or supplementation inappropriate, due to the delay with which it is formulated, the damage that the other party may cause or any other relevant circumstance.

CHAPTER III - REPLY

Art. 10 The defendant, called Defendant, will have up to 10 (ten) days to respond in response to the NOTIFICATION received, appoint an arbitrator under the terms of art. 13, and submit your CONTEST, which should mention:

I - the explanation of the factual and legal reasons;

II - the proposed solution or the requested repair;

III - the amount claimed on which the claimant is based;

IV - regarding the place of arbitration, language, number of arbitrators and their qualifications;

V - the material law or rule of law that will be adopted for the judgment;

VI - the documents it deems relevant, attaching them, and the indication of the evidence it intends to produce.

§1º In his CONTEST, the defendant may formulate a RECONVENTION, provided that it is based on the same contract, or enforce a right based on the same contract, for the purposes of compensation, in this case assigning value of the case to the RECONVENTION.

§2º. Unless otherwise provided by the parties, the language of the arbitration shall be Portuguese, except if the arbitration agreement is written exclusively in a single language other than Portuguese, in which case the language of the agreement will be adopted, with the exception of the faculty of the arbitral tribunal to determine otherwise, based on the parties' allegations or the circumstances of the arbitration.

Art. 11 The contestation is offered in due time, and a period of 10 (ten) days will be open to the Complainant, if he wishes, to submit a reply, and he will be allowed to present documents to counter the facts deduced in the contestation. Within the same period, if applicable, the Plaintiff must already present a challenge to the counterclaim, observing the provisions of article 10.

CHAPTER IV - DEADLINES

Art. 12 The deadlines for notifications, communications and subpoenas will count as follows:

I - The terms will be counted in business days, excluding the day of receipt of the notification and including the day of expiration.

II - The absence of a timely allegation of an irregularity in the term will affect the validity of the act performed by the opposing party, without prejudice to the assessment of the official letter by the Arbitrator or Arbitral Tribunal.

III - The beginning of the deadlines is counted from the confirmation of your knowledge, presumed in the cases of e-mail issuance, 3 (three) days after the date of the proof of sending issued by the issuing medium.

IV - In the absence of a period stipulated by this regulation or fixed by the Arbitral Tribunal, the period of 10 working days will be considered.

V - Exceptionally, the Arbitral Tribunal or the Technical Directorate of the entity, in case the Court has not yet been constituted, may extend any term established in this article if it considers such extension to be justified.

CHAPTER V - ARBITRATOR

Art. 13 The choice of the sole arbitrator and his alternate will be made jointly by the Claimant and the Respondent, as follows: the Claimant, in the initial petition, will choose three names, from the names of the list of arbitrators of CAMACAN LATAM or any other name not registered in this Chamber, attaching, in this case, the curriculum of the indicated professional and declaration of inexistence of any bond or relationship of any kind that would impair independence, impartiality and freedom of persuasion, observing the provisions of § 3 of this article.

§1° If the Defendant agrees with the names chosen by the Claimant, she must express her agreement in the Contest, choosing the titular arbitrator and his alternate, from the names indicated in the initial. Otherwise, it will present a new triple list, giving the Claimant the right to choose the incumbent arbitrator and his alternate, among the names chosen by the Defendant. The Claimant will be summoned to make the choice within 05 (five) business days.

§2° In the event that there is no agreement between the parties in the choice of the arbitrator and his alternate, the Technical Director of CAMACAN LATAM will proceed with the choice, disregarding the six names on the lists formed by both parties.

§3° In the event of nomination of an Arbitrator not included in the list of CAMACAN LATAM, this choice will be subject to the admission analysis by the Technical Directorate and the payment of the excess of the administration fee.

Art. 14 In the event of a plurality of claimants and / or defendants (arbitration of multiple parties), each pole will present a single triple list for the choice of the titular arbitrator and his alternate regardless of the number of people that each party may contain, observing the provisions of background items.

Single paragraph. If there is no agreement between the multiple claimants or between the multiple claimants, a draw must be made among the names on the institution's list of arbitrators. If only one of the multiple claimants or one of the multiple claimants manifests, the appointment of an arbitrator by him will prevail.

Art. 15 In the event of the formation of an Arbitral Tribunal, the parties may appoint the arbitrators by means of a written indication, of their choice, in the initial petition and in the defense.

§1º The parties may appoint their arbitrators among the professionals who are members of the Specialist Body registered by CAMACAN LATAM. If the parties wish to appoint arbitrators external to the staff of professionals registered by CAMACAN LATAM, they must attach the professional curriculum and a declaration that there is no link or relationship of any kind that affects independence, impartiality and freedom of persuasion, and the provision of the § 3 of art. 13.

§2º The parties may appoint substitutes to the arbitrators who choose or delegate the choice of their alternates to the arbitrators themselves. The lack of indication or definition of the criterion for choosing the substitute, authorizes, from now on, the appointment by the Technical Director of CAMACAN LATAM.

Art. 16 The Arbitral Tribunal will always be constituted in an odd number. When the parties choose to work with three arbitrators, each party will nominate one and CAMACAN LATAM will nominate the third, and the President arbitrator will be chosen by lot, carried out by the arbitrators themselves, in the presence of the parties, during the initial arbitration meeting. .

Art. 17 The decisions of CAMACAN LATAM regarding the appointment, confirmation, refusal and replacement of the arbitrator will be final.

Art. 18 If the parties do not reach an agreement regarding the number of arbitrators, CAMACAN LATAM's Technical Directorate will appoint a single arbitrator and his substitute, members of the Entity's Specialist Committee, unless CAMACAN LATAM considers it more advisable, given the context of the dispute, that the decision be made by an Arbitral Tribunal. In this case, it will designate the three arbitrators to compose the respective collegiate body, being able to invite experts external to the board if it considers relevant to the case, reasonably, in which case the parties will fully absorb all the expenses and costs involved.

Art. 19 The Technical Directorate of CAMACAN LATAM, must adopt all the necessary zeal so that, in the choice of arbitrators, the guarantee of the principle of impartiality and independence is observed, taking into account, whenever possible, in international arbitration, the convenience of appointing people of nationalities other than the parties to the conflict.

Art. 20 Once the arbitrators are appointed, the CAMACAN LATAM Secretariat will request them to, within 5 (five) days, manifest themselves for formal acceptance of the charge for all purposes, summoning the parties to prepare the Arbitration Term.

Art. 21 The removal of an arbitrator, for any of the reasons listed in Brazilian law 9.307/96, implies the automatic appointment of his substitute, who will assume the position on the same date of the impediment or removal.

Single paragraph. The arbitrator may only refuse in the cases provided for in Brazilian Law 9.307/96, in writing and with an indication of the reasons and pointing out the evidence of such allegation.

Art. 22 If any of the parties, having entered into an arbitration clause or after agreeing to initiate the arbitration, fails to appoint its arbitrator, or refuses to sign the Arbitration Term within the period stipulated in Art. 29, the Technical Director of CAMACAN LATAM designate, among the names that make up the Entity's Specialist Committee, the arbitrator(s), for the solution of the dispute, proceeding with the procedure.

Art. 23 The arbitrators who act in accordance with these rules must adopt the CAMACAN LATAM Code of Ethics for internal arbitrations, or, in international arbitrations, the IBA - International Bar Association Code of Ethics.

CHAPTER VI - COMPETENCE, JURISDICTION AND ARBITRABILITY

Art. 24 Before accepting the nomination, the appointed arbitrator has the duty to reveal to CAMACAN LATAM any circumstance that may imply reasonable doubts regarding his impartiality and independence.

Single paragraph. If, at any stage of the arbitration, new facts arise that may give rise to such doubts, the arbitrator must immediately disclose such circumstances to the parties and to CAMACAN LATAM.

Art. 25 The sole arbitrator or the Court has the duty to decide by provocation, or ex officio, on its own competence or jurisdiction.

§1º The sole arbitrator or the Arbitral Tribunal has the duty to decide by provocation, or of ex officio, on issues related to the existence, scope or validity of the arbitration agreement, which will be independent from the contract or document in which it is inserted;

§2º The party that intends to argue questions related to the jurisdiction of the Arbitral Tribunal or about the arbitrability of the demand, must do so, at the most, up to 3 (three) days before the meeting, under penalty of prejudice;

Art. 26 In case of impediment or suspicion of the arbitrators, they will be summoned by the CAMACAN LATAM Secretariat so that they can manifest themselves, within 5 (five) days. After the arbitrator's statement, the parties will be granted a visa for an equal period;

Single paragraph. The Arbitral Tribunal or sole arbitrator may decide such arguments as a preliminary matter. If, after the decision is rendered, the party that argued the impediment or suspicion does not agree, it may request the Technical Directorate of CAMACAN LATAM to decide on the matter, this decision being sovereign and definitive.

CHAPTER VII - REPRESENTATION OF THE PARTIES AND MEETINGS

Art. 27 Any party may be represented, in arbitration, by qualified attorneys and / or legal representatives, provided that they are provided with valid documents of constitution or power of attorney with special powers for this purpose. The names, addresses and telephone numbers of the representatives must be communicated in writing to the CAMACAN LATAM secretariat.

Art. 28 The Arbitral Tribunal may hold meetings, hear witnesses or carry out local inspections or other diligences in any place it deems appropriate, which will be communicated in writing, at least 10 (ten) days in advance, so that the parties, if they wish, can be present and accompany such procedures.

CHAPTER VIII - INITIAL MEETING AND THE ARBITRATION TERM

Art. 29 After the appointment of the arbitrators, the Initial Meeting will be designated to be held within 15 days after the manifestation of acceptance of the chosen arbitrator, notifying the parties, attorneys and the arbitrators to be present. This meeting will resolve any remaining doubts about the conflict; all necessary procedures will be registered and adjusted with the parties for the conduct of the arbitration procedure, writing the Arbitration Term, considering Arbitration to be formally instituted and started, under the terms of the Brazilian Law 9.307/96.

§1º It will be feasible to hold the Initial Meeting by video or teleconference, under circumstances in which the Technical Directorate of CAMACAN LATAM will examine the feasibility and convenience in accordance with Art 4 of the present regulation.

§2º A professional will be appointed by the Technical Director of CAMACAN LATAM, who, with the assistance of the arbitrators or the sole arbitrator, is authorized to draw up the Arbitration Term, and then the arbitration procedure will begin.

§3º The arbitration term will contain:

I - The names and qualifications of the parties;

II - Constitution and appointment of proxies, representatives and technical assistants;

III - Object of the conflict, with its limits and specifications according to the interests of the parties;

IV - Degree of confidentiality of the allegations, facts, documents, business interests or publicity of the decisions;

V - Convention on the addressing of incident notifications;

VI - The value of the demand;

VII - The name, profession and domicile of the arbitrator, or of the arbitrators, or if applicable, the identification of the entity to which the parties have delegated the appointment of arbitrators;

VIII - The place where the arbitration award will be made;

IX - The language in which the procedure will be carried out.

§4° The parties may attach to the Arbitration Term the documents they consider pertinent or refer to documents and evidence they will present.

§5° If the complaining party does not appear on the day designated for the INITIAL MEETING, the procedure will be extinguished, with such party responding to the incident costs. If the defendant does not attend the meeting, the arbitrator and or professional designated by the Technical Directorate, listening to the present party and analyzing the documents presented, will define the elements of the Arbitration Term, which will thus be drawn up, making sure the omission of the omitted party. or recalcitrant, and proceeding with the arbitration proceeding.

CHAPTER IX - EMERGENCY ARBITRATOR

Art. 30 The parties that have foreseen the adoption of the CAMACAN LATAM Regulation as the Arbitration ruler, unless expressly provided otherwise in the Arbitration Clause, will be subject to Emergency Arbitration, if they are willing to spontaneously comply with the measure eventually determined, for urgent situations that demand the need for an immediate decision even before the Arbitration has started.

§1° Before arbitrators are chosen or Arbitration instituted, the party interested in the precautionary or urgent measure must submit a Pre-Arbitration Precautionary Measure Request to CAMACAN LATAM, by collecting the specific expenses, fees and fees defined in the CAMACAN Cost Regulation LATAM.

§2° The Pre-Arbitration Precautionary Measure Request must be instructed as follows:

I - with proof of payment of Fees and Fees for Emergency Arbitration;

II - demonstrate the existing Arbitration Convention, as well as the provision on the choice of CAMACAN LATAM for its Rules of Procedure;

III - make a report of the facts, the demonstration of the legal probability of the claim and the urgency of the intended measure and the risks of its non-implementation, as well as the lack of risk of irreversibility of the intended measure.

§3° After receiving the Precautionary Measure Request, the Technical Director of CAMACAN LATAM, verified the collection of the Fees and Fees defined in the Regulation of Costs, will immediately designate an Emergency Arbitrator, who in the act of acceptance of the mission must comply with the duty of disclosure provided for in this regulation. In the event of disclosure of any issue that may raise reasonable doubt about its impartiality, neutrality and independence, the Technical Directorate must designate another Emergency Arbitrator.

§4° After accepting the mission and confirming its designation by the Technical Directorate, when there is any Disclosure presented, the Emergency Arbitrator

shall, before deciding, grant an opportunity for the other party to manifest, unless there is no time for this manifestation before the degree of urgency pointed out in the claim, and in this case, make the manifestation possible immediately after, reassessing the need to maintain or revoke the measure, if deferred;

§5° The Emergency Arbitrator must restrict himself to deliberating exclusively on the intended urgency measure, without advancing in the analysis of other issues;

§6° The party that has requested the precautionary or urgent measure must, if approved, present the final Arbitration Request within 30 days after the decision made by the Emergency Arbitrator is made effective, as a result of the measure being terminated.

§7° After the final Arbitration has been effectively instituted, the Arbitrator or Arbitration Court will evaluate the advisability of maintaining the precautionary measure issued by the Emergency Arbitrator, being able to change, revoke or annul the previous decision.

CHAPTER X - PROCEDURAL AND JUDGING RULES

Art. 31 The rules of procedure and their incidents will be those provided for in the Arbitration Convention, in this regulation and those provided for in Brazilian Law 9.307/96 and amendments brought by Brazilian Law 13.129/2015 and the complementary ones issued by the entity, by the Arbitrator or Arbitral Tribunal .

Art. 32 If the parties fail to indicate the material laws or rules of law applicable to the dispute, the constituted Arbitral Tribunal shall apply the laws or rules of law that it deems appropriate.

Art. 33 In conducting the process, the arbitrator or Court will adopt the necessary provisions and compatible with the principles of informality and speed.

Single paragraph. The arbitrator or Court may dispense with formalities or innovate in procedural rites, provided that the principles of equality, contradiction and ample defense of the parties are ensured.

Art. 34 The Court may, at its sole discretion, at any time during the procedure:

I - request the presentation, by either party, of a summary of the documents on which the demand or the defense is based;

II - determine evidence, dismember procedures, exclude cumulative or irrelevant testimony;

III - determine that the parties concentrate on the presentation of issues whose decision may close the case.

Art. 35 All manifestations or documents presented by the parties will be provided in a sufficient number of copies to be delivered to the counterpart (s), to the arbitrators, and must be filed with the CAMACAN LATAM secretariat with the original being intended for

formation of the process. Failure to comply with this provision may result in the unraveling of the attached document, at the discretion of the arbitrator or Arbitral Tribunal.

Single paragraph. Except as otherwise provided by the parties, or by the Arbitral Tribunal, all notifications, communications or written subpoenas may be sent by any means that may be the object of proof, such as those stipulated in art. 7th.

Art. 36 If it considers it necessary to hold an instruction hearing, the President of the Arbitral Tribunal shall summon the parties, appointed witnesses and other arbitrators, at least 10 (ten) days in advance, regarding the respective date, place and time.

Art. 37 The scheduled hearing will take place even if any of the parties, regularly notified, does not attend it, however the sentence cannot be based, however, on the absence of the party to decide.

Art. 38 The president of the Arbitral Tribunal, if circumstances justify it, may determine the suspension or postponement of the hearing. Suspension or postponement will be mandatory if requested by all parties, and a date must be designated for its realization or continuation.

Art. 39 In arbitrations involving the interpretation of contracts, the Court will decide in accordance with the terms of this and take into account the laws and uses of trade applicable to it.

CHAPTER XI - THE CHARGE OF PROOF PRODUCTION AND FORMING THE REFEREE'S CONVENTION

Art. 40 Each party is responsible for proving the facts that support its arguments. However, at any stage of the procedure, the arbitrator or the Arbitral Tribunal is not excluded from the possibility of forming its conviction, of determining the parties to produce evidence that it deems necessary or appropriate.

§1° The delivery of confidential material will be subject to specific consideration of convenience and opportunity by the arbitrator (s), in compliance with the provisions between the parties.

§2° If a party, duly summoned to produce evidence or take any other action, fails to do so within the period established by the arbitrator or the Arbitral Tribunal, the preclusion will occur, and a decision may be issued immediately. However, the party may, in a timely manner, prior to the expiration of the period, request the arbitrator or the Arbitral Tribunal, justifiably, to extend the period for producing that evidence or any other measure, demonstrating the impossibility of doing so within the period initially checked.

§3° At the request of either party, or at its sole discretion, at any stage of the procedure, the arbitrator or the Arbitral Tribunal shall hold MEETINGS for the presentation of oral evidence produced by witnesses, experts, or for final allegations.

Art. 41 The arbitrator or the Arbitral Tribunal may appoint one or more experts to perform the analysis and produce a written report with the description of the object to be examined, answer questions prepared by the arbitrator or proposed by the parties and present their conclusions, which will not be binding for the arbitrator or Arbitral Tribunal.

§1° The parties shall inform the expert what is requested, presenting for the expert's appreciation all the documents requested, as well as the pertinent goods that may be requested from them. Any disagreement between the parties and the expert regarding the pertinence of the information or presentation of assets will be resolved by decision of the arbitrator or the Arbitral Tribunal.

§2° Once the expert's report has been received, the Arbitral Tribunal will send a copy of it to the parties, who will be offered the opportunity to express their opinion on the Report in writing, as well as request a meeting from the arbitral tribunal to question the expert. The parties are guaranteed the right to examine any document that the expert has referred to in his Report.

§3° In the meeting to question the expert, the parties are guaranteed the right to be accompanied by technical assistants to provide testimony on the controversial points of the Report. The provisions of article 42 shall apply to this meeting.

CHAPTER XII - MEETINGS AND TESTIMONIALS

Art. 42 The parties will be notified of the date, time and place of all meetings that may be necessary, at the sole discretion of the arbitrator or the Arbitral Tribunal, 10 (ten) days in advance.

§1° The need for the presence of interpreters, translators or auctioneers at the meeting must be communicated to the Secretariat, at least 10 (ten) days in advance.

§2° Documents in a foreign language must be translated by a sworn translator, unless the parties have waived this requirement.

§3° Whenever necessary, the President will award the task of translators, interpreters and auctioneers, to professionals registered by CAMACAN LATAM, whose work must be completed no later than 03 (three) days before the meeting.

Art. 43 Each party shall communicate to the arbitrator or Arbitral Tribunal, within 5 (five) days, counting from the date of receipt of the notification referred to in the caput, of article 42, present the names, addresses and qualifications of the witnesses intend to hear, pointing, justifiably, the evidence that will be produced with the deposition and the language (s) in which such witnesses will present their deposition.

§1° The responsibility for summoning the witness(s) is exclusive to the party who intends to carry out the testimonial evidence.

§2° If any witness refuses to appear at the hearing or refusing to testify without a legal reason, the President of the Arbitral Tribunal may, at the request of either

party or ex officio, request the judicial authority to take the appropriate measures to take the deposition of the false witness.

Art. 44 The meetings will be confidential, unless the parties, by mutual agreement, establish differently. The arbitrator or the Arbitral Tribunal, however, may order any witness to withdraw during the testimony of other witnesses.

§1° The arbitrator or Arbitral Tribunal may determine the way in which the witnesses will be heard.

§2° The testimony of witnesses can be carried out by means of a written and signed document, videoconference, or by any other means that uses the advanced technology of data, voice and image communication, provided that data, voice and image can be registered in electronic means of storing information.

Art. 45 The arbitrator or the Arbitral Tribunal will freely take into account, according to his conviction, the admissibility, relevance, importance and value of the evidence presented.

CHAPTER XIII - REMOTE MEETINGS AND HEARINGS

Art. 46 If it is feasible and convenient to hold meetings and hearings by video or teleconference, the participants, arbitrator or arbitral tribunal must comply with Chapter XII of this regulation. The following preliminary technical questions are established:

I. The participants in remote meetings and hearings must have a minimum technical apparatus that allows the work to be carried out without complications and in a satisfactory manner, as a guarantee of the exercise of the rights of defense, contradiction and equal treatment of the parties.

II. To conduct Remote Hearings, CAMACAN LATAM provides the use of third-party platforms, subject to their respective terms and conditions, which must be previously analyzed and agreed by the participants.

III. The CAMACAN LATAM Secretariat will act, unless otherwise determined, as an organizer (host) for the purposes of: scheduling, sending access links, managing permissions to enter the platform (waiting rooms) and eventual exclusion of Participants, contact with stenotypists and interpreters, if any, as well as communication with the IT technician.

Art. 47 On planning for remote meetings and hearings:

I. The arbitral tribunal, when the need for a meeting or hearing is verified, will consult the parties and decide on the holding of the Remote Hearing.

II. Once remote meetings and hearings are determined, the Secretariat will consult the arbitral tribunal on the virtual platform it intends to use, providing information and technical support to support such a decision.

III. Once the virtual platform has been chosen, the Secretariat will ask the patrons of the parties to inform the full names of the Participants and the electronic addresses that should receive the access link, so that the invitations (invites) for the test prior to the date are sent to the audience.

IV. After testing, the Secretariat will send an invitation to any remote meetings and remote hearings to all participants.

V. The CAMACAN LATAM Secretariat will consult the arbitral tribunal on the need to contract stenotype and translation services, as appropriate.

VI. It is the responsibility of the patrons of the parties to inform the CAMACAN LATAM Secretariat of the e-mail addresses of factual, technical, legal representatives or other Participants, in order to provide them with information regarding the hearing. It is also the responsibility of the patrons to inform the CAMACAN LATAM Secretariat and the arbitral tribunal in advance about other participants and any third parties who will be physically in the same location as another participant.

VII. The Secretariat will forward to the arbitral tribunal the list of persons who will participate in the meetings and remote hearings, duly accompanied by the electronic addresses ("List of Participants").

VIII. The electronic records of the procedure will be available for consultation by the arbitrators and lawyers of the parties.

IX. The documents to be used in the course of meetings and remote hearings must be presented by the parties' lawyers in a digital core bundle, and must be made available by the CAMACAN LATAM Secretariat in a link for this purpose. In order to give efficiency to the works, the documents must be organized and ordered according to their presentation and identified according to the denomination in the proceedings.

Art. 48 It is established that at the time of meetings and remote hearing

I. On the day designated for the meetings and remote audience, all Participants must access the platform at least 30 (thirty) minutes before the scheduled time for the start of the work, for the last test of equipment operation and verification of other issues technical order.

II. At the beginning of the meeting or remote hearing, it is suggested that the arbitral tribunal, in possession of the List of Participants, confirm the presence of everyone.

III. If remote meetings or hearings are accessed by anyone who is not on the Participant List, this fact must be immediately reported to the arbitral tribunal. The arbitral tribunal must also be informed if any person who is not on the Participant List is in the same physical environment as any of the Participants.

IV. At any time during the course of the meeting or remote hearing, the arbitral tribunal, ex officio or at the request of the parties' patrons, may request Participants to display the physical environment in which they find themselves (360° rotation) in order to verify and confirm the people present at the site.

V. Unless determined by the arbitral tribunal, the CAMACAN LATAM Secretariat will be the only one authorized and responsible for recording the meeting or remote hearing, which will be carried out by means of a resource made available on the platform itself and, eventually, by conventional recorder as a copy. security (backup).

VII. Slide shows and/or case documents to be viewed in the course of the meeting or remote audience, must be displayed by the interested party through the screen sharing feature available on the platform.

VIII. For a better use of the works, so that there is clarity in the presentations and testimonies, as well as to facilitate the execution of the transcription service, an interlocutor must wait for the speech of his predecessor to finish.

IX. It is recommended that the hearing of witnesses and / or other Participants be established before the Remote Hearing is held. If the order of hearing has not been previously determined, the patrons of the parties must inform the arbitral tribunal which witness they intend to call, with the CAMACAN LATAM Secretariat, as the event organizer (host), responsible for giving the witness access to the meeting room. Remote Hearing. Likewise, the CAMACAN LATAM Secretariat will monitor the witness's departure from the Remote Hearing room, at the end of his hearing.

X. If, in the course of the remote hearing, the arbitral tribunal or the patrons of the parties need an exclusive room for the purpose of deliberation or meeting, the CAMACAN LATAM Secretariat will provide access to the referred rooms, sending the respective links to those who must access them .

XI. If there is any type of technical or other complication, the arbitral tribunal may suspend the meeting or remote hearing, determining its resumption on the same day or on a new date.

CHAPTER XIV - ARBITRAL SENTENCE

Art. 49 The arbitral award will be in written form and may be handed down on the entire object brought to Arbitration, or on part of the object brought to Arbitration, if the arbitrator or the Arbitral Tribunal deems it necessary to fragment the decision, to facilitate the development of the arbitration , until the final sentence is handed down.

Single paragraph. Any and all arbitration awards (total, partial or final) will be final, unappealable and binding between the parties. The parties undertake to spontaneously comply with each judgment, within the period established in the decision itself.

Art. 50 Unless the parties agree otherwise, the arbitrator or the Arbitral Tribunal shall render the sentence within 30 (thirty) days, counted from the end of the period for the final arguments of the parties, and this period may be extended, for an equal period, by the arbitrator or the president of the Arbitral Tribunal.

§1° The arbitration award will be made by a majority of votes, with each arbitrator, including the President, having a single vote. If there is no majority agreement, the vote of the President of the Arbitral Tribunal will prevail.

§2° The arbitration award will contain:

I - the report with the name of the parties and a summary of the dispute;

II - the grounds of the decision, where the issues of fact and law will be analyzed, mentioning, expressly, whether the arbitrators judged by equity;

III - the provision, in which the arbitrators will resolve the issues submitted to them and establish the deadline for compliance with the decision, if applicable;

IV - the date and place where it was given.

Art. 51 The award will be signed by the arbitrators and will contain the date and place in which it was dictated, which will be the place indicated by the parties or the one established by the Arbitral Tribunal.

Single paragraph. Due to the operational difficulties and distances involved, in order not to delay and increase the flow of the arbitration procedure, in the case of the Arbitral Tribunal, the decisions may be signed by the President of the Arbitral Tribunal, making sure that the co-arbitrators are or are not in accordance with said decision, by means of a statement made by each, by any electronic means, of consent or disagreement with the decision issued.

Art. 52 Before communicating the decision to the parties, the arbitrator or the Arbitral Tribunal, on his own initiative, may forward to the Technical Directorate of CAMACAN LATAM, a request for verification and correction of material typing, calculation or typographical errors that may confuse or lead error in the execution of the decision, having the same time limit of 10 (ten) days to verify such corrections or state reasonably why it does not do so.

CHAPTER XV - CONCILIATION IN THE COURSE OF THE PROCEDURE

Art. 53 In the event of transaction by negotiation, conciliation or by the incidence of any consensual means between the parties, after the arbitration is instituted and before the date on which the sentence is dictated, the arbitrator or the Arbitral Tribunal will order the conclusion of the procedure and register the transaction in the form of a declaratory sentence of the agreement made between the parties.

CHAPTER XVI - DECLARATION EMBARGES FOR CLARIFICATION, RECTIFICATION AND COMPLEMENTATION OF THE ARBITRAL SENTENCE

Art.54 Once the arbitral award has been communicated to the parties, within a period of 5 (five) days or in another agreement, they may, by means of a Motion for Clarification, request the arbitrator or the Arbitral Tribunal:

I - an interpretation of the sentence on possible obscurity, contradiction or doubts;

II - rectification by material error, calculation error, or any other of a similar nature;

III - its complementation in the event of omission on a relevant thesis or an unapproved request.

§1º Once the Declaration Embargoes have been received, if timely, the Arbitrator or President of the Arbitral Tribunal shall notify the other party so that it can provide the opportunity within the period equivalent to that provided for the presentation of the Embargoes, any objection to the claim filed by the embargoing party.

§2º Once the challenge has been received or the opportunity for its presentation has been overcome, the arbitrator or Arbitral Tribunal will issue a complementary sentence, within a maximum period of 10 (ten) days, unless otherwise agreed, evaluating the need or not for material correction, clarification or remedy for omission. , with the parties being notified of the terms of this supplementary sentence.

CHAPTER XVII - ARBITRATION COSTS

Art. 55 The costs will be charged in consultation with CAMACAN LATAM.

Art. 56 The arbitrator or the Arbitral Tribunal will establish the additional costs of the arbitration in the final sentence, as well as the distribution of the final payment responsibility to each of the parties, respecting what was established in the Arbitration Convention and / or the Arbitration Agreement. Costs may include:

I. Arbitrators' fees, travel costs and expenses, indicated individually;

II. Costs of assisting the arbitrator or the Arbitral Tribunal, including its experts, translators and interpreters;

III. Costs related to requesting emergency measures;

IV. Travel expenses and other expenses incurred with witnesses, provided they are approved by the arbitrator or by the Arbitral Tribunal;

V. Expenses incurred in defending the party to whom the judgment benefited, in the event that such expenses were claimed during the procedure and only up to the amount that the court determines to be reasonable;

VII. CAMACAN LATAM expenses with other expenses with services provided for the smooth running of the procedure, not foreseen in the scope of the administration fee.

VII. Succumbence fees are fixed at 15% (fifteen percent) of the economic value of the losing party's sentence in favor of the winning party's attorney, measuring the proportion in the case of partial succumbence.

§1° The costs of registration, administration of the procedure and the arbitrators' fees will be fixed in the event of the start of the arbitration, in accordance with the table in force at the time of the beginning of the procedure.

§2° The costs of arbitration may form part of the parties' agreement due to the drafting of the Arbitration Term. If the parties do not agree on their payment, the Arbitral Tribunal will set the costs taking into account the Costs Regulation, the principle of reasonableness and the circumstances of the specific case.

Art. 57 The deposit for payment of the costs and fees incurred in the arbitration will be made through prior consultation with CAMACAN LATAM.

CHAPTER XVIII - PUBLIC ADMINISTRATION

Art. 58 The provisions of this Regulation apply to Arbitrations that have, at any pole of the Arbitral Demand, between the Public Administration, Direct or Indirect.

§1° The rules of this Section derogate from the general rules provided for in the other Sections of the present Regulation in what they are not compatible with.

§2° The rules of this section do not apply to the administration of Arbitrations involving public service providers and public service users, who will be subject to the general rules of these Regulations.

§3° The existence of an Arbitration Convention involving the entities mentioned in the caput does not eliminate the enforceability of the administrative acts of such entities or the requirement for administrative proceedings, when applicable.

§4° Equity judgment will not be allowed.

§5° In the cases subject to the Laws that regulate, or equivalent norms, the arbitration will be processed in Brazil and in Portuguese.

§6° The practice of acts outside Brazilian territory and the gathering of documents and taking statements in a foreign language, at the discretion of the Arbitral Tribunal, are permitted, provided that such measures prove adequate for the resolution of the dispute and, in the subject cases to the Laws, or equivalent rules, that the Arbitral Award be issued in Brazil.

§7° The Arbitral Proceeding Confidentiality Rule will not apply, bearing in mind the principle of publicity and the transparency duties that govern the Public Administration. Full publicity may be given to the entirety of the Judgments and interlocutory decisions issued by the Emergency Arbitrator, the Arbitral Tribunal or CAMACAN LATAM, upon request by the interested party, and the Judgment

may be published on the CAMACAN LATAM website or in printed publications for information purposes.

CHAPTER XIX - FINAL PROVISIONS

Art. 59 All acts performed, without the presence of the omitted party, will be COMMUNICATED to them in the manner provided for in this Regulation.

§1º If any of the parties, duly informed to present documents, does not provide for the presentation within the time limit set by the arbitrator or by the Arbitral Tribunal, without invoking a relevant impediment, the preclusion will occur, with the arbitrator or the Arbitral Tribunal being authorized to render the sentence arbitration, based on the available evidence.

Art. 60 The amendments to this Regulation will be made in accordance with the provisions established by the Technical Director of CAMACAN LATAM.

Art. 61 The parties are jointly and severally liable for costs and fees before the entity, although they may, among themselves, agree on formulas to be responsible for paying them.

Art. 62 The present Regulation enters into force as of the date of its registration in the registry of titles and documents.



ARBITRATION REGULATION

CAPÍTULO I - DISPOSICIONES GENERALES

Art. 1 La Câmara de Mediação e Arbitragem da Cannabis e Saúde Latino-Americana, CAMACAN LATAM, registrada ante el CNPJ bajo el nº. 40.176.055 / 0001-71, con sede en Rio de Janeiro / RJ, establecida con el propósito de administrar, a nivel nacional e internacional, la resolución de controversias relacionadas con la mediación y arbitraje y otros medios adecuados para el manejo de conflictos, así como la gestión de procedimientos, en todo tipo de controversias que involucren derechos de salud, de acuerdo con la legislación vigente brasileña y los tratados internacionales, sin perjuicio de otras formas alternativas que puedan ser indicadas para la solución de la controversia.

§1º CAMACAN LATAM no resuelve por sí misma las controversias que le son sometidas, sino que gestiona el procedimiento arbitral, proporcionando la estructura, ambientes y condiciones funcionales necesarias para su buen desarrollo, en la forma de este Reglamento.

§2º CAMACAN LATAM no interferirá ni influirá, bajo ninguna circunstancia, en la decisión que dicte el Árbitro de Emergencia, el Árbitro o el Tribunal Arbitral, manteniendo siempre la independencia, imparcialidad y libertad de convicción de los peritos nombrados, elegidos o aceptado por las partes para deliberar sobre la disputa.

Art. 2 Las partes que resuelvan, mediante convenio arbitral, someter cualquier controversia que surja a CAMACAN LATAM, quedan obligadas por este Reglamento, reconociendo de plano la competencia original y exclusiva de CAMACAN LATAM en su solución final, y la competencia preparatoria para asuntos urgentes. o medidas cautelares ante la instauración del Arbitraje, en la forma de la legislación vigente y del presente Reglamento.

§1º El término “Tribunal Arbitral”, a los efectos terminológicos de este Reglamento, se aplica indistintamente al Árbitro Único o al Tribunal Arbitral.

§2º Los casos omitidos serán resueltos por el Tribunal Arbitral relacionado con el procedimiento, si ya está constituido, o por el Director Técnico de CAMACAN LATAM.

§3º El Reglamento de Arbitraje será de aplicación siempre que la cláusula arbitral estipule CAMACAN LATAM o, aun cuando sea elegido por acuerdo entre las partes, la adopción de estas reglas deberá hacerse en documento escrito.

§4º Todos los documentos procesales y documentos presentados por las partes deberán ser entregados a CAMACAN LATAM, en copia física, para que puedan ser archivados en el proceso arbitral, y copia digital en formato pdf.

Art. 3 Las partes, por consenso, podrán modificar las reglas del procedimiento de Arbitraje previsto en este Reglamento, siempre que no implique un cambio en las disposiciones relativas a la conducción administrativa de los trabajos de CAMACAN LATAM, ni en contravención a los principios legales que rigen el arbitraje. Cualquier cambio no implica un cambio en el Reglamento y solo se aplicará al caso específico.

Art. 4 El Arbitraje tendrá su sede en la ciudad de Rio de Janeiro / RJ, donde se encuentra la sede de CAMACAN LATAM, sin perjuicio de la posibilidad de que esta institución gestione procedimientos con base en cualquier lugar de Brasil o del exterior.

Párrafo único. Se podrán administrar audiencias virtuales en caso de eventos excepcionales como epidemias o pandemias, así como cuando las partes se encuentren fuera del Estado que acoge CAMACAN LATAM, a nivel nacional o internacional.

CAPÍTULO II - INSTITUCIÓN DEL PROCEDIMIENTO ARBITRAL

Art. 5 La parte que desee iniciar el procedimiento de Arbitraje, deberá solicitar por escrito a la Institución de Procedimiento de Arbitraje, dirigida a CAMACAN LATAM, en un número suficiente de copias para que todas las partes, árbitros y CAMACAN LATAM reciban copia, de conformidad con el art. 2do § 4to.

Párrafo único. La petición de la Institución Arbitral debe presentar:

I - solicitud de que la disputa sea sometida a arbitraje;

II - la petición inicial de la Demanda Arbitral con la descripción de los hechos, la base técnica y legal, y las solicitudes que pretende ser consideradas en el Arbitraje, además de adjuntar documentos y enumerar las pruebas que pretende aportar;

III - el valor que atribuí a la controversia;

IV - los nombres y calificaciones completas de las partes involucradas en el arbitraje, con sus respectivas direcciones completas, incluidos números de teléfono y correos electrónicos, si se conocen;

V - la sede del Arbitraje definida en la Convención de Arbitraje;

VI - el idioma, la ley o las reglas previstas en el contrato y aplicables al Arbitraje respectivo;

VII - las reglas ya acordadas por las partes sobre la elección de árbitros, responsabilidad por el pago de gastos relacionados con el procedimiento y otros relacionados con el procedimiento de arbitraje;

VIII - documento conteniendo el convenio arbitral, que prevé CAMACAN LATAM;

IX - documento de identificación del solicitante o sus actos constitutivos y documento respectivo que acredite su representación;

X - el poder notarial de cualquier cliente con poderes específicos;

XI - otros documentos pertinentes al litigio.

XII - comprobante de pago de la tasa de inscripción;

XIII - a menos que el acuerdo de arbitraje disponga lo contrario, exprese si acepta o no que el Arbitraje sea realizado por un Árbitro Único;

XIV - a menos que el convenio arbitral disponga lo contrario, presentar una lista con el nombre de hasta 03 (tres) Árbitros, de los nombres de la lista de árbitros a consultar en CAMACAN LATAM.

Art. 6 Recibida la Solicitud de la Institución Arbitral y verificada la existencia y vigencia de la Cláusula Compromiso indicando a CAMACAN LATAM como responsable del procedimiento, enviará Notificación al demandado (s) con copia de la Petición Inicial de la Demanda Arbitral, sus anexos, así como copia de este Reglamento, por un plazo de hasta 10 (diez) días, para expresarse, mediante Disputa, sobre la intención de la solicitante, advirtiéndole (s) sobre la necesidad de:

I - Debe indicarse expresamente si acepta que el Arbitraje lo realiza un Árbitro Único;

II - Salvo que el convenio arbitral disponga lo contrario, elegir al árbitro titular y su suplente de la triple lista presentada por el solicitante. Si no está de acuerdo con algún nombre, presente una lista con otros tres nombres de árbitros, devolviendo al solicitante el derecho de elegir al árbitro principal y su suplente entre los nombres incluidos en la nueva lista, según lo dispuesto en el § 1 de Art. 13.

Art. 7. Para efectos de este Reglamento, las notificaciones, comunicaciones o citaciones de actos procesales se entenderán recibidas de las partes y de sus apoderados, en las direcciones indicadas en la Convención o en las declaraciones iniciales. Estos serán recibidos por carta certificada, correo electrónico o cualquier otro medio acordado por las partes.

Art. 8º De no hallarse el imputado, el demandante deberá proporcionar la nueva dirección a CAMACAN LATAM o promover la notificación extrajudicial del imputado sobre el proceso arbitral.

Art. 9º Observando los límites establecidos en la Convención de Arbitraje o en el Plazo de Arbitraje, así como observando una nueva oportunidad de Contradictorio, las partes

podrán agregar o complementar sus alegatos iniciales, su solicitud, su impugnación o su reconvención, siempre que dentro del alcance del convenio arbitral, salvo que el tribunal arbitral constituido considere inadecuado tal adición o complementación, por la demora con que se formule, el perjuicio que pueda ocasionarse a la otra parte o cualquier otra circunstancia relevante.

CAPÍTULO III - LA RESPUESTA

Art. 10 El demandado, denominado Demandado, tendrá hasta 10 (diez) días para responder a la NOTIFICACIÓN recibida, nombrar árbitro en los términos del art. 13, y envíe su CONCURSO, que debe mencionar:

I - la explicación de las razones fácticas y legales;

II - la solución propuesta o la reparación solicitada;

III - la cantidad reclamada en la que se basa el reclamante;

IV - sobre el lugar del arbitraje, idioma, número de árbitros y sus calificaciones;

V - la ley material o estado de derecho que se adoptará para el juicio;

VI - los documentos que estime pertinentes, anexándolos y una indicación de las pruebas que se proponga aportar.

§1º En su CONCURSO, el demandado podrá formular una RECONVENCIÓN, siempre que se base en el mismo contrato, o hacer valer un derecho fundamentado en el mismo contrato, a efectos de indemnización, en este caso asignando valor del caso al RECONVENCIÓN.

§2º Salvo que las partes dispongan lo contrario, el idioma del arbitraje será el portugués, salvo que el acuerdo de arbitraje esté redactado exclusivamente en un solo idioma que no sea el portugués, en cuyo caso se adoptará el idioma del acuerdo, a excepción de la facultad del tribunal de arbitraje determine lo contrario, con base en las alegaciones de las partes o las circunstancias del arbitraje.

Art. 11 La impugnación se ofrece en forma oportuna, y el recurrente tendrá un plazo de 10 (diez) días, si así lo desea, para presentar respuesta, pudiendo presentar documentos que contrarresten los hechos deducidos en la impugnación. Dentro del mismo plazo, en su caso, el Demandante deberá presentar ya la impugnación de la reconvención, observando lo dispuesto en el artículo 10.

CAPÍTULO IV - PLAZOS

Art. 12 Los plazos para notificaciones, comunicaciones y citaciones contarán de la siguiente manera:

I - Los plazos se contarán en días hábiles, excluyendo el día de recepción de la notificación e incluyendo el día de vencimiento.

II - La ausencia de alegación oportuna de irregularidad en el plazo dará lugar a la validez del acto realizado por la parte contraria, sin perjuicio de la valoración del oficio por parte del Árbitro o Tribunal Arbitral.

III - El inicio de los plazos se contabiliza a partir de la confirmación de su conocimiento, presumido en los casos de emisión de correo electrónico, 3 (tres) días después de la fecha del comprobante de envío emitido por el medio emisor.

IV - A falta de plazo estipulado por este reglamento o fijado por el Tribunal Arbitral, se considerará el plazo de 10 días hábiles.

V - Excepcionalmente, el Tribunal Arbitral o la Dirección Técnica de la entidad, en caso de que aún no se haya constituido el Tribunal, podrá prorrogar el plazo establecido en este artículo si considera justificada dicha prórroga.

CAPÍTULO V - ÁRBITRO

Art. 13 La elección del árbitro único y su suplente será realizada conjuntamente por la Demandante y la Demandada, de la siguiente manera: la Demandante, en la petición inicial, elegirá tres nombres, de entre los nombres de la lista de árbitros de CAMACAN LATAM o cualquier otro nombre no inscrito en esta Sala, adjuntando, en este caso, el currículum del profesional señalado y declaración de inexistencia de vínculo o relación de cualquier naturaleza que menoscabe la independencia, imparcialidad y libertad de persuasión, observando lo dispuesto en el §3 de este artículo. .

§1º Si la Demandada está de acuerdo con los nombres elegidos por la Demandante, deberá manifestar su conformidad en la Controversia, eligiendo al árbitro titular y su suplente, de entre los nombres indicados en la inicial. En caso contrario, presentará una nueva lista triple, dando a la Demandante el derecho de elegir al árbitro titular y su suplente, entre los nombres elegidos por la Demandada. El Reclamante será citado para tomar la decisión dentro de los 05 (cinco) días hábiles.

§2º En caso de que no exista acuerdo entre las partes en la elección del árbitro y su suplente, el Director Técnico de CAMACAN LATAM procederá a la elección, desconociendo los seis nombres de las listas formadas por ambas partes.

§3º En caso de la designación de un Árbitro no incluido en la lista de CAMACAN LATAM, esta elección estará sujeta al análisis de admisión por parte de la Dirección Técnica y al pago del exceso de la tasa de administración.

Art. 14 Si existe pluralidad de demandantes y / o imputados (arbitraje de múltiples partes), cada polo presentará una única lista triple para la elección del árbitro titular y su suplente, independientemente del número de personas que pueda contener cada parte, observando lo dispuesto en los puntos anteriores.

Párrafo único. Si no hay acuerdo entre los múltiples demandantes o entre los múltiples demandantes, se debe realizar un sorteo entre los nombres de la lista de árbitros de la institución. Si sólo uno de los múltiples demandantes o uno de los múltiples demandantes se manifiesta, prevalecerá la designación de un árbitro por él.

Art. 15 En caso de constitución de un Tribunal Arbitral, las partes podrán designar los árbitros mediante indicación escrita, de su elección, en la petición inicial y en la defensa.

§1º Las partes podrán designar sus árbitros entre los profesionales integrantes del Cuerpo de Peritos registrados por CAMACAN LATAM. Si las partes desean designar árbitros externos a la plantilla de profesionales registrados por CAMACAN LATAM, deberán adjuntar el currículum profesional y una declaración de que no existe vínculo o relación de ningún tipo que afecte la independencia, imparcialidad y libertad de persuasión, y la prestación del § 3 del art. 13.

§2º Las partes podrán designar sustitutos de los árbitros que elijan o deleguen la elección de sus suplentes en los propios árbitros. La falta de indicación o definición del criterio para la elección del suplente, autoriza, en adelante, el nombramiento por parte del Director Técnico de CAMACAN LATAM.

Art. 16 El Tribunal Arbitral se constituirá siempre en número impar. Cuando las partes opten por trabajar con tres árbitros, cada parte nominará a uno y CAMACAN LATAM nominará al tercero, y el presidente árbitro será elegido por sorteo, realizado por los propios árbitros, en presencia de las partes, durante el proceso inicial. reunión de arbitraje.

Art. 17 Las decisiones de CAMACAN LATAM relativas al nombramiento, confirmación, rechazo y reemplazo del árbitro serán inapelables.

Art. 18 Si las partes no llegan a un acuerdo sobre el número de árbitros, la Dirección Técnica de CAMACAN LATAM designará un árbitro único y su suplente, integrantes del Órgano Especializado de la Entidad, salvo que CAMACAN LATAM lo considere más conveniente, dado el contexto. de la controversia, que la decisión sea tomada por un Tribunal Arbitral. En este caso, designará a los tres árbitros para componer el respectivo órgano colegiado, pudiendo invitar a especialistas externos a la junta si lo estima pertinente al caso, razonablemente, en cuyo caso las partes absorberán íntegramente todos los gastos y costas inherentes. .

Art. 19 La Dirección Técnica de CAMACAN LATAM, deberá adoptar todo el celo necesario para que, en la elección de árbitros, se observe la garantía del principio de imparcialidad e independencia, teniendo en cuenta, siempre que sea posible, en el arbitraje internacional, la conveniencia de nombrar personas de nacionalidades distintas de las partes en conflicto.

Art. 20 Una vez designados los árbitros, la Secretaría de CAMACAN LATAM les solicitará que, dentro de los 5 (cinco) días, se manifiesten para la aceptación formal del

cargo a todos los efectos, siendo convocadas las partes para preparar el Plazo de Arbitraje.

Art. 21 La remoción de un árbitro, por cualquiera de las causas enumeradas en la ley 9.307 / 96, implica el nombramiento automático de su suplente, quien asumirá el cargo en la misma fecha del impedimento o remoción.

Párrafo único. El árbitro sólo podrá negarse en los casos previstos en la Ley 9.307 / 96, por escrito y con indicación de los motivos y señalando las pruebas de tal alegación.

Art. 22 Si alguna de las partes, habiendo suscrito una cláusula arbitral o después de acordar iniciar el arbitraje, no nombra a su árbitro, o se niega a firmar el Plazo de Arbitraje dentro del plazo estipulado en el Art. 29, el Director Técnico de CAMACAN LATAM nombrará, entre los nombres que integran el Cuerpo de Expertos de la institución, al árbitro(s), para la solución de la controversia, procediendo con el procedimiento.

Art. 23 Los árbitros que actúen de acuerdo con estas reglas deberán adoptar el Código de Ética de CONIMA para arbitrajes internos o, en arbitrajes internacionales, la IBA - Código de Ética del Colegio de Abogados Internacional.

CAPÍTULO VI - COMPETENCIA, JURISDICCIÓN Y ARBITRABILIDAD

Art. 24 Antes de aceptar el nombramiento, el árbitro designado tiene el deber de comunicar a CAMACAN LATAM cualquier circunstancia que pueda implicar dudas razonables sobre su imparcialidad e independencia.

Párrafo único. Si en alguna etapa del arbitraje surgen nuevos hechos que puedan dar lugar a tales dudas, el árbitro deberá informar de inmediato tales circunstancias a las partes ya CAMACAN LATAM.

Art. 25 El árbitro único o la Corte tiene el deber de decidir por provocación, o de oficio, sobre su propia competencia o jurisdicción.

§1º El árbitro único o el Tribunal Arbitral tiene el deber de decidir por provocación, o de oficio, sobre cuestiones relacionadas con la existencia, alcance o vigencia del convenio arbitral, el cual será independiente del contrato o documento en el que se encuentre. insertado;

§2º La parte que pretenda plantear cuestiones relacionadas con la competencia del Tribunal Arbitral o sobre la arbitrabilidad de la demanda, deberá hacerlo, como máximo, hasta 3 (tres) días antes de la REUNIÓN INICIAL, bajo pena de perjuicio;

Art. 26 En caso de impedimento o sospecha de los árbitros, los mismos serán convocados por la Secretaría de CAMACAN LATAM para que se manifiesten, dentro de los 5 (cinco) días. Después de la declaración del árbitro, se otorgará a las partes una visa por un período igual;

Párrafo único. El Tribunal Arbitral o el árbitro único puede decidir tales argumentos como cuestión preliminar. Si luego de emitida la decisión, la parte que alegó el impedimento o sospecha no está de acuerdo, podrá solicitar a la Dirección Técnica de CAMACAN LATAM que se pronuncie al respecto, siendo esta decisión soberana y definitiva.

CAPÍTULO VII - REPRESENTACIÓN DE LAS PARTES Y REUNIONES

Art. 27 Cualquiera de las partes podrá ser representada, en el arbitraje, por abogados y / o representantes legales calificados, siempre que cuenten con documentos válidos de constitución o poder con poderes especiales para tal fin. Los nombres, direcciones y teléfonos de los representantes deberán ser comunicados por escrito a la secretaría de CAMACAN LATAM.

Art. 28 El Tribunal Arbitral podrá celebrar reuniones, escuchar testigos o realizar inspecciones locales u otras diligencias en el lugar que estime oportuno, las cuales serán comunicadas por escrito, con al menos 10 (diez) días de anticipación, para que las partes, si que deseen, pueden estar presentes y acompañar dichos trámites.

CAPÍTULO VIII - SESIÓN INICIAL Y PLAZO DE ARBITRAJE

Art. 29 Luego de la designación de los árbitros, se designará la Reunión Inicial para realizarse dentro de los 15 días siguientes a la manifestación de aceptación del árbitro elegido, notificando la presencia de las partes, abogados y árbitros. En esta reunión se resolverán las dudas restantes sobre el conflicto; Todos los trámites necesarios serán registrados y ajustados con las partes para la conducción del procedimiento arbitral, redactando el Término Arbitral, considerando formalmente instituido e iniciado el Arbitraje, en los términos de la Ley 9.307 / 96.

§1º Será factible realizar la Reunión Inicial por video o teleconferencia, en circunstancias en las que el Director Técnico de CAMACAN LATAM examinará la viabilidad y conveniencia de acuerdo con el Art 4 del presente reglamento.

§2º Un profesional será designado por el Director Técnico de CAMACAN LATAM, quien con la asistencia de los árbitros o del árbitro único, queda autorizado para redactar el Plazo de Arbitraje, y entonces se iniciará el procedimiento de arbitraje.

§3º El término de arbitraje contendrá:

- I - Los nombres y calificaciones de las partes;
- II - Constitución y nombramiento de apoderados, representantes y auxiliares técnicos;
- III - Objeto del conflicto, con sus límites y especificaciones de acuerdo con los intereses de las partes;
- IV - Grado de confidencialidad de las alegaciones, hechos, documentos, intereses comerciales o publicidad de las decisiones;

- V - Convenio sobre el tratamiento de notificaciones de incidentes;
- VI - El valor de la demanda;
- VII - El nombre, profesión y domicilio del árbitro, o de los árbitros, o en su caso, la identificación de la entidad en la que las partes han delegado el nombramiento de árbitros;
- VIII - El lugar donde se dictará el laudo arbitral;
- IX - El idioma en el que se llevará a cabo el trámite.

§4º Las partes podrán adjuntar al Plazo Arbitral los documentos que consideren pertinentes o hacer referencia a documentos y pruebas que presentarán.

§5º Si el denunciante no se presenta el día señalado para la REUNIÓN INICIAL, el trámite se extinguirá, respondiendo dicha parte de los costos del incidente. Si la parte demandada no asiste a la reunión, el árbitro y / o profesional designado por la Dirección Técnica, escuchando al presente y analizando los documentos presentados, definirá los elementos del Plazo de Arbitraje, que se redactará, asegurándose de que omisión de la parte omitida. o recalcitrante, y tramitación del procedimiento arbitral.

CAPÍTULO IX - ÁRBITRO DE EMERGENCIA

Art. 30 Las partes que hayan previsto la adopción del Reglamento CAMACAN LATAM como regente del Arbitraje, salvo disposición expresa en contrario en la Cláusula Arbitral, estarán sujetas al Arbitraje de Emergencia, si están dispuestas a cumplir espontáneamente con la medida eventualmente determinada, para situaciones urgentes. que exigen la necesidad de una decisión inmediata incluso antes de que se inicie el Arbitraje.

§1º Previo a la elección de los árbitros o instituido el Arbitraje, el interesado en la medida cautelar o urgente deberá presentar una Solicitud de Medida Cautelar Pre-Arbitral a CAMACAN LATAM, mediante el cobro de los gastos, honorarios y honorarios específicos definidos en el Reglamento de Costos de CAMACAN LATAM. .

§2º El Requisito de la medida cautelar previa al arbitraje debe instruirse de la siguiente manera:

- I - con comprobante de pago de Honorarios y Tarifas por Arbitraje de Emergencia;
- II - demostrar la Convención de Arbitraje existente, así como la disposición sobre la elección de CAMACAN LATAM para su Reglamento;
- III - realizar un informe de los hechos, la demostración de la probabilidad jurídica del reclamo y la urgencia de la medida prevista y los riesgos de su no implementación, así como la falta de riesgo de irreversibilidad de la medida prevista.

§3º Técnico de CAMACAN LATAM, verificando el pago de las Tasas y Tasas definidas en el Reglamento de Costos, designará de inmediato un Árbitro de Emergencia, quien en el acto de aceptación de la misión deberá cumplir con el

deber de divulgación previsto en este reglamento. En caso de divulgación de cualquier asunto que pueda suscitar dudas razonables sobre su imparcialidad, neutralidad e independencia, la Dirección Técnica deberá designar otro Árbitro de Emergencia.

§4° Aceptada la misión y confirmada su designación por la Dirección Técnica, cuando se presente alguna Divulgación, el Árbitro de Emergencia, antes de decidir, otorgará la oportunidad para que la otra parte se manifieste, salvo que no haya tiempo para esta manifestación ante el grado de urgencia señalado en el reclamo, y en este caso, posibilitar la manifestación inmediatamente después, reevaluando la necesidad de mantenimiento o revocación de la medida, en caso de aplazarse;

§5° El Árbitro de Emergencia deberá limitarse a deliberar exclusivamente sobre la medida de urgencia que pretenda, sin avanzar en el análisis de otras cuestiones;

§6° La parte que haya solicitado la medida cautelar o urgente deberá, en caso de ser aprobada, presentar la Solicitud de Arbitraje final dentro de los 30 días siguientes a la vigencia de la decisión tomada por el Árbitro de Emergencia, como consecuencia de la terminación de la medida.

§7° Una vez instituido efectivamente el Arbitraje definitivo, el Árbitro o Tribunal Arbitral valorará la conveniencia de mantener la medida cautelar dictada por el Árbitro de Emergencia, pudiendo modificar, revocar o anular la decisión anterior.

CAPÍTULO X - REGLAS DE PROCEDIMIENTO Y JUICIO

Art. 31 Las reglas de procedimiento y sus incidencias serán las previstas en el Convenio de Arbitraje, en este reglamento y las previstas en la Ley 9.307 / 96 y modificaciones introducidas por la Ley 13.129 / 2015 y las complementarias dictadas por la entidad, por el Árbitro o el Tribunal Arbitral.

Art. 32 Si las partes no indican la (s) ley (s) material (es) o las reglas de derecho aplicables a la controversia, el Tribunal Arbitral constituido aplicará la (s) ley (es) o las reglas de derecho que estime oportunas.

Art. 33 En el desarrollo del proceso, el árbitro o Tribunal adoptará las disposiciones necesarias y compatibles con los principios de informalidad y celeridad.

Párrafo único. El árbitro o Tribunal podrá prescindir de formalidades o innovar en ritos procesales, siempre que se aseguren los principios de igualdad, contradicción y amplia defensa de las partes.

Art. 34 La Corte podrá, a su sola discreción, en cualquier momento durante el procedimiento:

I - solicitar la presentación, por cualquiera de las partes, de un resumen de los documentos en los que se fundamenta la demanda o la defensa;

II - determinar pruebas, desmembrar procedimientos, excluir testimonios acumulativos o irrelevantes;

III - determinar que las partes se concentren en la presentación de asuntos cuya decisión pueda cerrar el caso.

Art. 35 Todas las declaraciones o documentos presentados por las partes se entregarán en un número suficiente de copias para ser entregadas a la (s) contraparte (s), a los árbitros, y deberán ser archivadas en la secretaría de CAMACAN LATAM para el original, para conformar el proceso. El incumplimiento de esta disposición puede resultar en la descomposición del documento adjunto, a discreción del árbitro o del Tribunal Arbitral.

Párrafo único. Salvo disposición en contrario de las partes, o del Tribunal Arbitral, todas las notificaciones escritas, comunicaciones o citaciones podrán ser remitidas por cualquier medio que pueda ser objeto de prueba, conforme a lo previsto en el art. 7º.

Art. 36 Si considera necesario celebrar una audiencia de instrucción, el Presidente del Tribunal Arbitral convocará a las partes, testigos designados y demás árbitros, con una anticipación mínima de 10 (diez) días, respecto de la fecha, lugar y hora respectivos.

Art. 37 La audiencia prevista tendrá lugar aunque alguna de las partes, notificada periódicamente, no asista a la misma, sin embargo la sentencia no puede basarse, sin embargo, en la ausencia de la parte para decidir.

Art. 38 El Presidente del Tribunal Arbitral, si las circunstancias lo justifican, podrá determinar la suspensión o postergación de la audiencia. La suspensión o postergación será obligatoria si así lo requieren todas las partes, debiendo designarse una fecha para su realización o continuación.

Art. 39 En los arbitrajes que involucren la interpretación de contratos, la Corte decidirá de acuerdo con los términos de este y tomará en cuenta las leyes y usos del comercio aplicables a los mismos.

CAPÍTULO XI - CARGO DE PRODUCCIÓN DE PRUEBAS Y FORMACIÓN DE LA CONVENCIÓN DE ÁRBITROS

Art. 40 Cada parte tiene la carga de probar los hechos en los que se basan sus argumentos. Sin embargo, en cualquier etapa del procedimiento, el árbitro o el Tribunal Arbitral no excluye la posibilidad de formarse su condena, para determinar las partes para producir las pruebas que estime necesarias o convenientes.

§1º La entrega de material confidencial estará sujeta a la consideración específica de conveniencia y oportunidad por parte del árbitro (s), de conformidad con las disposiciones entre las partes.

§2º Si una de las partes, debidamente citada para presentar prueba o tomar cualquier otra acción, no lo hace dentro del plazo establecido por el árbitro o el Tribunal Arbitral, se producirá la preclusión, pudiendo dictarse sentencia de inmediato. No obstante, la parte podrá, de manera oportuna, antes del vencimiento del plazo, solicitar al árbitro o al Tribunal Arbitral, de manera justificada, la prórroga del plazo para la presentación de dicha prueba o cualquier otra medida, demostrando la imposibilidad de hacerlo dentro del plazo establecido. período inicialmente verificado.

§3º A solicitud de cualquiera de las partes, oa su sola discreción, en cualquier etapa del procedimiento, el árbitro o el Tribunal Arbitral celebrará REUNIONES para la presentación de prueba oral producida por testigos, peritos o alegatos finales.

Art. 41 El árbitro o el Tribunal Arbitral podrá designar uno o más peritos para realizar análisis y producir un informe escrito con la descripción del objeto a ser examinado, contestar preguntas elaboradas por el árbitro o propuestas por las partes y presentar sus conclusiones. que no será vinculante para el árbitro o el Tribunal Arbitral.

§1º Las partes informarán al perito lo solicitado, presentando para su apreciación todos los documentos solicitados, así como los bienes pertinentes que se les soliciten. Cualquier desacuerdo entre las partes y el perito sobre la pertinencia de la información o presentación de bienes será resuelto por decisión del árbitro o del Tribunal Arbitral.

§2º Una vez recibido el informe pericial, el Tribunal Arbitral enviará copia del mismo a las partes, a quienes se les ofrecerá la oportunidad de expresar su opinión sobre el Informe por escrito, así como solicitar la reunión del tribunal arbitral. interrogar al experto. Se garantiza a las partes el derecho a examinar cualquier documento al que el perito se haya referido en su Informe.

§3º En la reunión de interrogatorio del perito, se garantiza a las partes el derecho a estar acompañadas de asistentes técnicos para dar testimonio sobre los puntos controvertidos del Informe. Será de aplicación a esta reunión lo dispuesto en el artículo 42.

CAPÍTULO XII - REUNIONES Y TESTIMONIOS

Art. 42 Se notificará a las partes la fecha, hora y lugar de todas las reuniones que sean necesarias, a criterio exclusivo del árbitro o del Tribunal Arbitral, con 10 (diez) días de anticipación.

§1º La necesidad de presencia de intérpretes, traductores o subastadores en la reunión deberá ser comunicada a la Secretaría, con al menos 10 (diez) días de anticipación.

§2º Los documentos en lengua extranjera deberán ser traducidos por traductor jurado, salvo que las partes hayan renunciado a este requisito.

§3° En caso de necesidad, el Presidente adjudicará la tarea de traductores, intérpretes y rematadores, a profesionales registrados por CAMACAN LATAM, cuyo trabajo deberá ser completado a más tardar 03 (tres) días antes de la reunión.

Art. 43 Cada parte comunicará al árbitro o Tribunal Arbitral, dentro de los 5 (cinco) días, contados a partir de la fecha de recepción de la notificación a que se refiere el caput, del artículo 42, para presentar los nombres, direcciones y calificaciones de los testigos tienen la intención de escuchar, señalando, justificadamente, la evidencia que se producirá con la declaración y el idioma (s) en que dichos testigos presentarán su declaración.

§1° La responsabilidad de la citación de los testigos es exclusiva de la parte que se proponga realizar la prueba testimonial.

§2° Si algún testigo se niega a comparecer a la audiencia o se niega a declarar sin motivo legal, el Presidente del Tribunal Arbitral podrá, a solicitud de cualquiera de las partes o de oficio, solicitar a la autoridad judicial que adopte las medidas oportunas para tomar la deposición. del falso testigo.

Art. 44 Las reuniones serán confidenciales, salvo que las partes, de mutuo acuerdo, establezcan lo contrario. El árbitro o el Tribunal Arbitral, sin embargo, puede ordenar que cualquier testigo se retire durante el testimonio de otros testigos.

§1° El árbitro o el Tribunal Arbitral podrá determinar la forma en que se escuchará a los testigos.

§2° escrito y firmado, videoconferencia o cualquier otro medio que utilice tecnología avanzada de comunicación de datos, voz e imagen, siempre que los datos, voz e imagen puedan registrarse en formato electrónico. medios de almacenar información.

Art. 45 El árbitro o el Tribunal Arbitral tendrá en cuenta libremente, según su condena, la admisibilidad, pertinencia, importancia y valor de la prueba presentada.

CAPÍTULO XIII - REUNIONES Y AUDIENCIAS A DISTANCIA

Art. 46 Si es factible y conveniente la realización de reuniones y audiencias por video o teleconferencia, los participantes, árbitro o tribunal arbitral deberán cumplir con el Capítulo XII de este reglamento. Se establecen las siguientes cuestiones técnicas preliminares:

I. Los participantes en reuniones y audiencias a distancia deberán contar con un aparato técnico mínimo que permita realizar el trabajo sin complicaciones y de manera satisfactoria, como garantía del ejercicio de los derechos de defensa, contradicción e igualdad de trato de las partes.

II. Para la realización de Audiencias Remotas, CAMACAN LATAM proporciona el uso de plataformas de terceros, sujeto a sus respectivos términos y condiciones, los cuales deben ser previamente analizados y acordados por los participantes.

III. La Secretaría de CAMACAN LATAM actuará, salvo que se determine lo contrario, como organizador (anfitrión) a los efectos de: programación, envío de enlaces de acceso, gestión de permisos de ingreso a la plataforma (salas de espera) y eventual exclusión de Participantes, contacto con estenotipistas e intérpretes, si lo hubiera, así como la comunicación con el técnico de TI

Art. 47 Sobre la planificación de reuniones y audiencias a distancia:

I. El tribunal arbitral, cuando se verifique la necesidad de una reunión o audiencia, consultará a las partes y decidirá sobre la celebración de la Audiencia a Distancia.

II. Una vez que se determinen las reuniones y audiencias remotas, la Secretaría consultará al tribunal arbitral en la plataforma virtual que pretende utilizar, proporcionando información y apoyo técnico para respaldar dicha decisión.

III. Una vez elegida la plataforma virtual, la Secretaría solicitará a los patrocinadores de las partes que informen los nombres completos de los Participantes y las direcciones electrónicas que deben recibir el enlace de acceso, a fin de enviar invitaciones (invitaciones) para realizar la prueba antes de la fecha de la audiencia.

IV. Una vez realizadas las pruebas, la Secretaría enviará una invitación a las reuniones y audiencias remotas a todos los participantes.

V. La Secretaría de CAMACAN LATAM consultará al tribunal arbitral sobre la necesidad de contratar servicios de taquigrafía y traducción, según corresponda.

VI. Es responsabilidad de los patronos de las partes informar a la Secretaría de CAMACAN LATAM las direcciones de correo electrónico de los representantes fácticos, técnicos, legales u otros Participantes, para que les sea remitida la información relativa a la audiencia. También es responsabilidad de los patrocinadores informar con anticipación a la Secretaría de CAMACAN LATAM y al tribunal arbitral sobre otros participantes y terceros que estarán físicamente en el mismo lugar que otro participante.

VII. La Secretaría remitirá al tribunal arbitral la lista de personas que participarán en las reuniones y audiencias a distancia, debidamente acompañada de las direcciones electrónicas (“Lista de Participantes”).

VIII. Los registros electrónicos del procedimiento estarán disponibles para consulta por los árbitros y abogados de las partes.

IX. Los documentos a ser utilizados en el transcurso de reuniones y audiencias remotas deben ser presentados por los abogados de las partes y deben ser

puestos a disposición por la Secretaría de CAMACAN LATAM para tal efecto. Para dar eficiencia al trabajo, los documentos deben estar organizados y ordenados según su presentación e identificados según la denominación en las actas.

Art. 48 Se establece que en el momento de las reuniones y la audiencia a distancia

I. En el día designado para las reuniones y audiencia remota, todos los Participantes deberán acceder a la plataforma al menos 30 (treinta) minutos antes de la hora programada para el inicio de los trabajos, para la última prueba de funcionamiento del equipo y verificación de otras cuestiones de una naturaleza técnica.

II. Al inicio de la reunión o audiencia remota, se sugiere que el tribunal arbitral, en posesión de la Lista de Participantes, confirme la presencia de todos.

III. Si alguien que no está en la Lista de Participantes accede a reuniones o audiencias remotas, este hecho debe ser informado inmediatamente al tribunal arbitral. También se debe informar al tribunal arbitral si alguna persona que no figura en la Lista de participantes se encuentra en el mismo entorno físico que alguno de los participantes.

IV. En cualquier momento durante el transcurso de la reunión o audiencia remota, el tribunal arbitral, de oficio o a solicitud de los patrocinadores de las partes, podrá solicitar a los Participantes que muestren el entorno físico en el que se encuentran (rotación de 360°) con el fin de verificar y confirmar a las personas presentes en el sitio.

V. Salvo que el tribunal arbitral determine lo contrario, la Secretaría de CAMACAN LATAM será la única autorizada y responsable de grabar la reunión o audiencia remota, la cual se llevará a cabo mediante un recurso puesto a disposición en la propia plataforma y, eventualmente, por medio de un registrador convencional como copia de seguridad (respaldo).

VI. Las presentaciones de diapositivas y / o documentos de casos que se visualizarán en el transcurso de la reunión o audiencia remota, deben ser mostradas por el interesado a través de la función de compartir pantalla disponible en la plataforma.

VII. Para un mejor aprovechamiento de la obra, para que haya claridad en las presentaciones y testimonios, así como para facilitar la ejecución del servicio de transcripción, un interlocutor debe esperar a que termine el discurso de su antecesor.

VIII. Se recomienda que se establezca la secuencia de audiencias de testigos y / u otros Participantes antes de que se lleve a cabo la Audiencia Remota. Si no se ha determinado previamente el orden de audiencia, los patronos de las partes deberán informar al tribunal arbitral a qué testigo pretenden convocar, siendo la Secretaría de CAMACAN LATAM, como organizador del evento (anfitrión),

responsable de dar acceso al testigo a la sala de reuniones Audiencia remota. Asimismo, la Secretaría de CAMACAN LATAM monitoreará la salida del testigo de la sala de Audiencia Remota, al finalizar su audiencia.

CAPÍTULO XIV - SENTENCIA ARBITRAL

Art. 49 El laudo arbitral será por escrito y podrá dictarse sobre la totalidad del objeto sometido a Arbitraje, o sobre parte del objeto sometido a Arbitraje, si el árbitro o el Tribunal Arbitral estiman necesario fragmentar la decisión, para facilitar el desarrollo del arbitraje, hasta que se dicte sentencia definitiva.

Párrafo único. Todo laudo arbitral (total, parcial o final) será definitivo, inapelable y vinculante entre las partes. Las partes se comprometen a cumplir espontáneamente cada sentencia, dentro del plazo establecido en la propia decisión.

Art. 50 Salvo que las partes acuerden otra cosa, el árbitro o el Tribunal Arbitral dictará la sentencia dentro de los 30 (treinta) días, contados desde la finalización del plazo para los alegatos finales de las partes, pudiendo prorrogarse este plazo, por un igual período, por el árbitro o el presidente del Tribunal Arbitral.

§1º El laudo arbitral se dictará por mayoría de votos, teniendo cada árbitro, incluido el Presidente, un solo voto. Si no hay acuerdo mayoritario, prevalecerá el voto del Presidente del Tribunal Arbitral.

§2º El laudo arbitral contendrá:

- I - el informe con los nombres de las partes y un resumen de la disputa;
- II - la fundamentación de la decisión, donde se analizarán las cuestiones de hecho y de derecho, mencionando, expresamente, si los árbitros juzgaron con equidad;
- III - la disposición, en la cual los árbitros resolverán los asuntos que les sean sometidos y establecerán el plazo para el cumplimiento de la decisión, en su caso;
- IV - la fecha y el lugar donde se dio.

Art. 51 El laudo será firmado por los árbitros y contendrá la fecha y lugar en que fue dictado, que será el lugar señalado por las partes o el que establezca el Tribunal Arbitral.

Párrafo único. Debido a las dificultades operativas y distancias involucradas, con el fin de no demorar y aumentar el flujo del procedimiento arbitral, en el caso del Tribunal Arbitral, las decisiones podrán ser firmadas por el Presidente del Tribunal Arbitral, asegurándose que el co- Los árbitros están o no de acuerdo con dicha decisión, mediante declaración de cada uno, por cualquier medio electrónico, de consentimiento o desacuerdo con la decisión emitida.

Art. 52 Antes de comunicar la decisión a las partes, el árbitro o el Tribunal Arbitral, por iniciativa propia, podrá remitir a la Dirección Técnica de CAMACAN LATAM, una

solicitud de verificación y corrección de errores mecanográficos, de cálculo o tipográficos que puedan confundir o incurrir en error en la ejecución de la decisión, teniendo el mismo plazo de 10 (diez) días para verificar dichas correcciones o indicar razonablemente por qué no lo hace.

CAPÍTULO XV - CONCILIACIÓN EN EL CURSO DEL PROCEDIMIENTO

Art. 53 En caso de transacción negociada, conciliación o incidencia de cualquier medio consensuado entre las partes, luego de instituido el arbitraje y antes de la fecha en que se dicte la sentencia, el árbitro o el Tribunal Arbitral ordenará la conclusión del procedimiento. y registrar la transacción en forma de sentencia declaratoria del acuerdo celebrado entre las partes.

CAPÍTULO XVI - DECLARACIÓN DE EMBARGOS PARA ACLARACIÓN, RECTIFICACIÓN Y COMPLEMENTACIÓN DE LA SENTENCIA ARBITRAL

Art.54 Una vez comunicado el laudo arbitral a las partes, en un plazo de 5 (cinco) días o en otro convenio, podrán, mediante Moción de Aclaración, solicitar al árbitro o al Tribunal Arbitral:

- I - una interpretación de la oración sobre posible oscuridad, contradicción o dudas;
- II - su subsanación por error material, error de cálculo o cualquier otro de naturaleza similar;
- III - su complementación en caso de omisión de una tesis relevante o solicitud no aprobada.

§1º Recibida la Declaración de Embargos, si oportunamente, el Árbitro o Presidente del Tribunal Arbitral notificará a la otra parte para que ésta brinde la oportunidad dentro del plazo equivalente al previsto para la presentación de los Embargos, cualquier objeción a la reclamación presentada por la parte embargadora.

§2º Recibida la impugnación o superada la oportunidad para su presentación, el árbitro o Tribunal Arbitral dictará sentencia complementaria, en un plazo máximo de 10 (diez) días, salvo pacto en contrario, valorando la necesidad o no. para corrección material, aclaración o remedio por omisión, notificando a las partes los términos de esta sentencia complementaria.

CAPÍTULO XVII - COSTOS DE ARBITRAJE

Art. 55 The costs will be charged in consultation with CAMACAN LATAM.

Art. 56 El árbitro o el Tribunal Arbitral establecerá los costos adicionales del arbitraje en la sentencia final, así como la distribución de la responsabilidad de pago final a cada una de las partes, respetando lo establecido en la Convención de Arbitraje y / o en el Término de Arbitraje. Los costos pueden incluir:

- I. Honorarios, gastos de viaje y gastos de los árbitros, indicados individualmente;
- II. Costos de asistir al árbitro o al Tribunal Arbitral, incluidos sus peritos, traductores e intérpretes;
- III. Costos relacionados con la solicitud de medidas de emergencia;
- IV. Gastos de viaje y otros gastos incurridos con testigos, siempre que sean aprobados por el árbitro o por el Tribunal Arbitral;
- V. Gastos incurridos en la defensa de la parte beneficiada con la sentencia, en caso de que dichos gastos fueran reclamados durante el proceso y solo hasta el monto que el tribunal determine razonable;
- VII. Gastos de CAMACAN LATAM con otros gastos con servicios prestados para el buen desarrollo del trámite, no previstos en el alcance de la tarifa de administración.
- VII. Tasas de sucumbencia fijadas en el 10% (diez por ciento) del valor económico de la sentencia del perdedor a favor del abogado del vencedor, midiendo la proporción en caso de sucumbencia parcial.

§1º Los costos de registro, administración del procedimiento y los honorarios de los árbitros se fijarán en la oportunidad del inicio del arbitraje, de acuerdo con la tabla vigente al momento del inicio del procedimiento.

§2º Las costas del arbitraje podrán formar parte del pacto de las partes debido a la redacción del Término Arbitral. Si las partes no acuerdan su pago, el Tribunal Arbitral fijará las costas teniendo en cuenta el Reglamento de Costas, el principio de razonabilidad y las circunstancias del caso concreto.

Art. 57 El depósito para el pago de las costas y honorarios incurridos en el arbitraje se realizará mediante consulta previa con CAMACAN LATAM.

CAPÍTULO XVIII - ADMINISTRACIÓN PÚBLICA

Art. 58 Las disposiciones de este Reglamento se aplican a los Arbitrajes que tengan, en cualquier polo de la Demanda Arbitral, entre la Administración Pública, Directa o Indirecta.

§1º Las reglas de este Artículo se derogan a las reglas generales previstas en los demás Artículos del presente Reglamento en lo que no sean compatibles.

§2º Las reglas de este artículo no se aplican a la administración de Arbitrajes que involucren a prestadores de servicios públicos y usuarios de servicios públicos, quienes estarán sujetos a las reglas generales de este Reglamento.

§3º La existencia de un Convenio Arbitral que involucre a las entidades mencionadas en la caput no elimina la exigibilidad de los actos administrativos de dichas entidades ni la exigencia de procedimientos administrativos, cuando corresponda.

§4º No se admitirá juicio de equidad.

§5° En los casos sujetos a las Leyes que regulan, o normas equivalentes, el arbitraje se tramitará en Brasil y en portugués.

§6° Se permite la práctica de actos fuera del territorio brasileño y la recopilación de documentos y la toma de declaraciones en idioma extranjero, a discreción del Tribunal Arbitral, siempre que tales medidas resulten adecuadas para la resolución de la controversia y, en él en los casos sujetos a las Leyes, o reglas equivalentes, que el Laudo Arbitral sea emitido en Brasil.

§7° Proceso Arbitral, teniendo en cuenta el principio de publicidad y los deberes de transparencia que rigen en la Administración Pública. Se podrá dar plena publicidad a la totalidad de las Sentencias y decisiones interlocutorias emitidas por el Árbitro de Emergencia, el Tribunal Arbitral o CAMACAN LATAM, a solicitud del interesado, y la Sentencia podrá ser publicada en el sitio web de CAMACAN LATAM o en publicaciones impresas de carácter informativo.

CAPÍTULO XIX - DISPOSICIONES FINALES

Art. 59 Todos los actos realizados, sin la presencia del omitido, le serán COMUNICADOS en la forma prevista en este Reglamento.

Párrafo único. Si alguna de las partes, debidamente informada para presentar documentos, no prevé la presentación dentro del plazo fijado por el árbitro o por el Tribunal Arbitral, sin invocar un impedimento relevante, se producirá la preclusión, y el árbitro o el Tribunal Arbitral estar autorizado para dictar el laudo arbitral, con base en las pruebas de que disponga.

Art. 60 Las modificaciones a este Reglamento se realizarán de acuerdo con lo establecido por el Director Técnico de CAMACAN LATAM.

Art. 61 Las partes responden solidariamente de los costos y honorarios de la entidad, aunque pueden, entre sí, acordar fórmulas para hacerse cargo de los mismos.

Art. 62 El presente Reglamento entra en vigencia a partir de la fecha de su inscripción en el registro de títulos y documentos.